



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**CAMILA DA SILVA SANTANA**

**RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

**FLORIANÓPOLIS**

**2015**

**CAMILA DA SILVA SANTANA**

**RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão Apresentado ao Curso de  
Pedagogia do Centro da Universidade Federal de  
Santa Catarina para obtenção do título de  
Graduação em Pedagogia.

Orientador (a): Dra. Joana Célia dos Passos

**FLORIANÓPOLIS**

2015

Camila da Silva Santana

RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS E PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Graduação em Pedagogia, e aprovado em sua forma final por/pelo tendo sido julgado pela Banca Examinadora formada pelas professoras (o):

Florianópolis, 30 de junho de 2015.

---

Prof.ª Gilka Elvira Ponzi Girardello

Coordenador do Curso

**Banca examinadora**

---

Prof.ª Drª Joana Célia dos Passos

Orientadora

(EED/ CED/UFSC)

---

Prof. Ms. Raquel Barbosa

(NDI/CED/UFSC)

---

Prof. Dr. Rogério Machado Rosa

(MEN/CED/UFSC)

---

Prof. Drª Regina Bragagnolo

(NDI/CED/UFSC)

Dedico este trabalho ao meu querido avô ( in memoriam)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que sempre foi meu alicerce, que me propiciou crescer tanto pessoalmente quanto profissionalmente. Ao apoio, sem igual, nos momentos que eu mais precisei, sempre com palavras carinhosas que me traziam tranquilidade e alento. Principalmente a minha mãe, por acreditar em mim e no meu potencial, mais do que eu mesma, e principalmente, por nunca me deixar desistir diante dos obstáculos impostos pela vida e por ter me ensinado a enfrentá-los sempre com o sorriso no rosto.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Centro de Educação (CED), que contribuíram significativamente para a elaboração deste projeto. Em especial, as seguintes professoras, que cumpriram a missão de acrescentar conhecimentos e/ou questionamentos a cerca da educação:

À querida professora **Gilka Elvira Ponzi Girardello**, que consegue unir o seu amor pela profissão com os seus ensinamentos; e a sua imensa alegria, foi importantíssima na minha formação inicial como professora. Obrigada!

À querida professora **Lilane Maria de Moura Chagas**, que me oportunizou cursar o Nade “Contação de histórias”, onde me descobri compositora e cantora de rap. Obrigada por despertar em mim o amor e o carinho pelas artes!

À querida professora de Matemática: **Roselane Beatriz Machado**, que me fez ter um novo olhar para a Pedagogia e para a matemática.

Ao professor **Jeferson Dantas** pelos seus ensinamentos e pela tranquilidade em nos passar toda a sua sabedoria. Obrigada!

Um singular agradecimento a minha querida orientadora, professora **Joana Célia dos Passos**, pelo imenso carinho neste meu percurso, por sempre acreditar no meu potencial e abraçar esse projeto comigo desde o início. Pela simplicidade, e principalmente pelo respeito, pelos “puxões de orelha”, pelos ensinamentos, pela oportunidade de iniciação científica, pelas contribuições acadêmicas e pessoais. Isso tudo foi importantíssimo para o desenvolvimento desta pesquisa e para o meu crescimento profissional. O meu singelo agradecimento!

À amiga **Maria Marta de Lacerda**, minha irmã querida, que me transmite calma e leveza, e esteve sempre ao meu lado disposta a me escutar nos momentos mais angustiantes. Sempre com um incentivo para que eu continuasse acreditando em mim. Obrigada por fazer parte desta minha caminhada. Amo você!

As minhas grandes amigas: **Luiza Simão** e **Vanessa Broering**, que sempre me deram força nas ocasiões difíceis e acredito que vocês foram também responsáveis por eu ter ingressado em uma universidade federal, suas lindas. Obrigada! Amo vocês.

À minha turma 2011.1, pessoas especiais e que ficarão para sempre em minha memória, obrigada por terem me proporcionado momentos de alegria e descontração. Em

especial as amigas: **Carla Moreira Rosa, Fernanda Bernardino, Kézia Santos, Ivanilde Ferreira**. Muito obrigada pelos bons e maus momentos que foram muito importantes para o meu amadurecimento pessoal, pelas risadas, pelo companheirismo, carinho, conselhos, amor e pela imensa generosidade. Adoro vocês!

Aos professores (as) da banca: **Rogério, Raquel, Regina** – a banca do R, o meu agradecimento pelo aceite da leitura deste trabalho nesse momento tão importante para mim. Obrigada!

Ao Núcleo de Desenvolvimento Infantil, por abrir suas portas para a realização da minha pesquisa: Um agradecimento especial à querida professora Regina Bragagnolo, a bolsista Priscila, as crianças do G6a pelo apoio e o acolhimento nesta etapa importantíssima para mim. Obrigada!

Por fim, agradeço a todas as pessoas que colaboraram diretamente ou indiretamente para a realização deste trabalho.

*A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo*

*(Nelson Mandela)*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como estão sendo implementadas às Diretrizes Curriculares para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em uma instituição de Educação Infantil de Florianópolis. Diante dessa questão, são discutidas as relações étnico-raciais dentro de uma sala de aula e como essa temática é abordada na prática pedagógica. Foram priorizados como procedimentos de pesquisa: análise de documentos pedagógicos da instituição, entrevista e observação de um grupo de crianças na faixa etária dos 06 anos de idade. Dialogou-se com estudiosos da área das relações raciais no Brasil como: Munanga (2005), Gomes (2005), Cavalleiro (2012) e Passos (2012). Os resultados desse estudo informam a necessidade do trabalho pedagógico sobre as relações étnico-raciais com as crianças, para um projeto coletivo e uma educação mais justa e democrática. Principalmente porque as crianças se constituem nas interações e estas são permeadas por seus pertencimentos étnico-raciais, de gêneros, de classe, de religiosidade, entre outros.

**Palavras chaves:** Relações étnico-raciais. Educação Infantil. Racismo.

## **ABSTRACT**

This research has the objective of analyse how has been implementaded the Curricular Policies for education of the Ethnic Racial Relations and for education of History and Afro-Brasilian Culture in an institution of childish education in Florianópolis. On this issue are discussed the ethnic-racial relations inside a class and how this theme is approached in the pedagogical practice. It was prioritized how procedures of the research: to analyse the pedagogical documents of the institution, interview and to observe a group of children in the age bracket of six years old. It was priority dialogued with studios in the area of racial relations in Brasil (Munanga (2005), Gomes (2005), Cavalleiro (2012) e Passos (2012)). The results of this study can report the necessity of pedagogical work about the ethnic-racial relations with children for a collective project and a more fair and democratic education. Mostly why the children are formed of interaction and these are permeated for the ethnic-racial belongs, kind, class, religiousness, among others.

**Key-words:** Ethnic Racial Relations. Childish Education. Racism

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	17
1.2 A INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA .....	20
1.3 O QUE DIZEM AS PESQUISAS? .....	22
<b>2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....</b>	<b>26</b>
2.1 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS.....	26
2.2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO.....	30
<b>3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>34</b>
3.1 ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DA INSTITUIÇÃO.....	34
3.2 CONHECENDO O GRUPO G6.....	38
3.3. O PLANO DE TRABALHO DA PROFESSORA REGENTE.....	43
3.4. O QUE DIZ A PROFESSORA SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	44
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA COM A PROFESSORA.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE B- CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA PESQUISA.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO DA PESQUISA.....</b>	<b>63</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta pesquisa provoca-me desde criança a partir das situações vivenciadas, por meio de falas e piadas, como por exemplo: “*aquele macaco*”, “*a minha mãe falou se eu sentar do seu lado vou ficar preto*”, “*você é negra e só pode ser filha da empregada doméstica*”. Algumas inquietações como ausência de crianças negras na minha escola, as situações de humilhação, as questões étnicas, que não eram discutidas e refletidas em uma sala de aula, provocaram-me para tentar entender um pouco mais sobre as relações raciais nos contextos educacionais.

No decorrer da minha trajetória escolar, constatei que a cultura que permeava a instituição era a cultura eurocêntrica, valorizando sempre a importância dos brancos para a sociedade, reafirmando a contribuição desses povos. Os negros, contudo, sempre apresentados como sujeitos inferiores e as contribuições dessa cultura para a sociedade brasileira não eram valorizadas. Lembro-me dos professores falando sobre o tema escravidão no Brasil, nunca com a preocupação de entender esse sujeito e o seu pertencimento na sociedade. E eu, como era uma das únicas negras na sala, tinha impressão de que todos os olhares se voltavam pra mim, nunca sentia o acolhimento o olhar sensível e reflexivo desse professor e das outras crianças. Não me recordo em ter feito trabalhos que retratassem as contribuições da cultura africana, em memorar personagens históricos como: **Nelson Mandela**<sup>1</sup>, **Milton Santos**<sup>2</sup>, **Malcom X**<sup>3</sup>, por exemplo.

Lembro-me, ainda, da escola reafirmando os estereótipos apresentando o negro: pobre, favelado, podendo modificar o seu pertencimento social apenas se fosse “jogador” “cantor”, não havendo outro caminho para esse sujeito, dessa forma entendo que a escola reafirma o mito da democracia racial”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Um dos principais líderes, para o combate do *apartheid*, um regime que negava aos negros da África do Sul os direitos sociais, econômicos e políticos, advogado e ganhador de prêmio Nobel, presidente da África do Sul, um militante que dedicou a vida inteira para o combate do Apartheid ficando 26 anos preso lutando contra a segregação racial.

<sup>2</sup> Geógrafo brasileiro, negro, destacou-se em diferentes áreas da geografia, em especial nos estudos de urbanização do terceiro mundo, foi um dos grandes nomes, recebeu vários prêmios, mas o seu reconhecimento se deu fora do Brasil.

<sup>3</sup> Defensor dos direitos dos afro-americanos, um homem que conseguiu mobilizar os brancos americanos sobre seus crimes cometidos contra os negros, entre tantos outros, que influenciaram através de suas lutas políticas para valorização da cultura negra.

<sup>4</sup> Dialogando com os dizeres da autora Gomes (2005), entendo que a escola reafirma a democracia racial, compreendo que no BRASIL, pretende-se negar a desigualdade racial, entre brancos e negros, afirmando que há uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento.

Neste percurso escolar, pude vivenciar e constatar vários constrangimentos que podem ter a origem no racismo e uma dessas cenas marcantes em minha vida foi quando a professora da disciplina de português do ensino fundamental estava entregando as provas por ordem das notas. A minha prova era uma das últimas, pois, era uma nota muito baixa. A professora explicitou para toda turma, dizendo não entender como alguém poderia ter tirado uma nota daquelas, sendo uma prova tão fácil e eu, apesar da minha pouca idade, fui marcada por aquele comentário, que na verdade não me pareceu se referir a minha falta de conhecimentos sobre o conteúdo da prova. Essa situação foi para mim, uma demonstração evidente do racismo que perpassa a sociedade brasileira. Conforme Hanselbg, professor e doutor e estudioso das relações raciais salienta que:

O preconceito racial no Brasil envolve atitudes e comportamentos negativos e, em algumas situações, atitudes supostamente positivas contra negros, apoiadas em conceitos ou opiniões fundamentadas no conhecimento, e sim na sua ausência. [...] (HASENBALG, 1981, p1 apud Cavalleiro, 2012, p.23)

Ao iniciar o curso de graduação de Pedagogia em uma universidade pública, no ano de 2011, tive a oportunidade de discutir a questão das cotas, na disciplina de Estigma, onde pude entender e ampliar o meu olhar acerca da temática. As leituras e os debates contribuíram e auxiliaram para o meu entendimento.

Na disciplina de História da educação ministrada pela professora Clarícia Otto, nos foi apresentada a Lei Federal 10.639/2003, a qual alterou a lei de Diretrizes e Bases da educação nacional a LDB 9394/1996 e instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e cultura Afro-brasileira, no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Durante a disciplina analisamos livros didáticos no qual percebemos que, em sua maioria, os negros eram apresentados apenas como empregados ou escravos, ou seja, os negros não eram apresentados em outros contextos sociais e a questão histórica social não era problematizada. Nesse sentido, Ana Célia Silva, pesquisadora de relações raciais e educação afirma:

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e sua rara presença de forma para a fragmentação da sua identidade e autoestima. [...] Não é apenas o livro o transmissor de estereótipos [...] (SILVA, 1995, p.47-8 apud CAVALLEIRO, 2012, p.35)

Um importante instrumento pedagógico como o livro didático não pode ficar omissos na representação das diferentes matrizes que formam a população brasileira e nem deixar de revelar a participação efetiva da população negra na constituição do Brasil.

Na 6ª fase do curso, comecei a atuar no estágio não obrigatório com crianças de 5 anos de idade (o G5), numa instituição privada de ensino. Entre as diversas questões durante o trabalho nessa creche, fez-se marcante a fala de várias crianças dizendo: *“porque você é dessa cor?”*, *a sua cor é diferente da minha, por que você é marrom?*, *Você é da cor da minha babá*. Diante das inquietações de minhas experiências escolares, interessava analisar como vem sendo implementada a Lei 10.639/03, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) no âmbito da educação infantil.

Desta maneira, o meu percurso acadêmico foi delimitado por muitas indagações. Durante o período do meu estágio obrigatório da Educação Infantil no ano de 2013, percebi que no grupo no qual atuava, o G3 (crianças de 03 anos), a maioria das crianças eram negras. No entanto, o que chamou a minha atenção, foi o fato de na sala haver um calendário colado na parede, apenas com imagens de crianças brancas com suas famílias. Essa situação me preocupou, pois, como estas crianças negras iriam se sentir pertencentes daquele espaço, se não havia o reconhecimento de suas identidades e muito menos do seu pertencimento racial.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (DCNERER) e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004, p.22) explicitam que:

a escola tem um papel preponderante na eliminação das discriminações e emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos igualitários.

Refletindo sobre estes dizeres, entende-se que a instituição de educação infantil precisa debater, refletir, reconhecer e fortalecer o direito desse povo, desfazer a mentalidade racista, dialogar com estudiosos, realizar grupos de estudos para os professores, procurando conhecer e estudar novos referenciais. Reconhece-se que não é uma tarefa nada fácil, mas o primeiro passo é ter consciência que vivemos em um país em que o racismo é velado, precisamos entender que os negros foram excluídos na história por muitos anos, para assim construir uma educação étnica.

Conforme Passos (2012), o racismo traz prejuízos a todas as crianças, independente de sua cor e raça. Para as crianças negras as conseqüências são perversas:

[...]auto rejeição, rejeição ao seu outro igual, rejeição por parte do grupo; desenvolvimento de baixa estima como ausência de reconhecimento de capacidade pessoal, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento de capacidade pessoal, timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldade de aprendizagem; recusa em ir para escola e exclusão social (PASSOS, 2012, p.111 apud CAVALLEIRO, 2002, p.52)

Baseando-se no que é dito pela autora, bem como nas minhas próprias experiências o racismo sem dúvida alguma, afeta a vida pessoal e social da criança. E deste modo, acaba por privar o sujeito de uma série de atividades, devido ao temor em sofrer algum constrangimento em virtude da sua cor de pele.

“Para as crianças brancas, o racismo acarreta “cristalização de um sentimento irreal de superioridade: racial, cultural, estética, intelectual, etc.; perpetuação do racismo, preconceito e discriminação raciais nas outras relações estabelecidas pelos alunos” (PASSOS, 2012, p.115).

Sentimentos estes que em um momento ou outro da vida lhe serão prejudiciais, pois racismo é crime. Sendo assim, acredita-se que é necessário o fortalecimento de identidade dessa cultura negra, rompendo com imagens estereotipadas, é dever da instituição educacional não mostrar um modelo eurocêntrico, mas sim, uma educação que seja voltada para as relações étnico-raciais que assegure para as crianças negras a garantia de reconhecimento e orgulho da sua cultura.

Portanto, a importância da discussão das relações raciais é fundamental na educação infantil, pois é neste período da infância que a criança acaba sendo inserida no contexto de discriminação racial e preconceitos. Conforme as Diretrizes da Educação Infantil, a proposta pedagógica da Educação infantil, deve garantir que esta cumpra sua função política e pedagógica:

Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais; Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias; Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas; Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, lingüística e religiosa. (BRASIL, 2010, p.17)

A educação infantil possui como função promover essa formação crítica para as crianças, para uma construção de cidadãos críticos, reflexivos, capaz de contribuir para uma sociedade de sujeitos mais conscientes, para o combate do racismo, com a finalidade de contribuir para a transformação da estrutura social vigente.

Assim, a presente pesquisa foi pensada com o objetivo de discutir como estão sendo trabalhadas as relações étnico-raciais dentro de uma Instituição Infantil, tendo em vista o acompanhamento das crianças no convívio social e as relações sociais que as crianças estabelecem no espaço infantil. É nessa perspectiva que admitimos como problemática compreender as iniciativas tomadas pela instituição de Educação Infantil no sentido de promover a implementação das DCNERER.

Deste modo, se definiu como objetivo geral analisar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações étnico raciais em uma instituição de educação infantil pública federal, localizada no município de Florianópolis. Foram então, delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Realizar a revisão bibliográfica a fim de mapear trabalhos que apresentem problemáticas semelhantes ao estudo que fazemos aqui.
2. Analisar os documentos referentes ao Projeto Pedagógico da instituição (PPP, planejamento, Proposta Curricular)
3. Realizar observações no cotidiano (grupos, reuniões pedagógicas, etc.) do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) para identificar como acontecem as relações étnico-raciais na prática pedagógica.
4. Realizar entrevista com a professora para compreender como articula as relações étnico-raciais no cotidiano de seu trabalho.

Nessa lógica assumimos as seguintes hipóteses:

- a) A instituição aborda as DCNERER em seus documentos e tem a compreensão sobre a importância destas para a constituição das crianças como sujeitos de direitos?
- b) Embora os documentos institucionais afirmem a diversidade (pluralidade das crianças como sujeitos plurais) às questões étnico-raciais não têm sido pautadas nas suas especificidades?

A partir dessas hipóteses, interessava observar adultos e crianças, interagindo na instituição de educação infantil. No entanto, cabe indagar: o projeto pedagógico da instituição *locus* da pesquisa contempla as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para a História e Cultura Afro-brasileira e Africana? Como são discutidas as relações étnicas raciais na sala de aula? Vem sendo valorizada a cultura afro-brasileira na educação infantil? A instituição tem conhecimento que existe uma lei que a obriga o desenvolver no currículo conteúdos e ações acerca da cultura afro-brasileira? Se sabem o que é feito para implementá-la? Como se materializa no plano de ensino a implementação das DCNERER?

### 1.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa teve como orientação metodológica a abordagem qualitativa que parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado que não pode ser aprendido do ponto de vista quantitativo, compreende que se passa na mente da pessoa, o individual, ou seja, o nível de análise é a pessoa, entende-se que:

O ponto de vista da abordagem qualitativa e compreensiva, no entanto, é o de que os modelos científicos das duas ciências são diferenciados, dada a natureza distinta de seus objetos. A ação humana é intencional e reflexiva, cujo significado é apreendido a partir das razões e motivos dos atores sociais inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno, o que não acontece com os objetos físicos, foco de análise das ciências naturais. Conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes dos homens em suas interações sociais é o mais importante para as ciências sociais. (FRASER; GONDIM, 2004, p.141)

Para tanto se realizou análise documental, entrevista e observação participante em sala de aula, com o intuito de examinar como estão sendo implementadas as DCNERER no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, local selecionado, como já mencionado anteriormente, para campo da pesquisa.

Além de identificar se a instituição trabalha com a temática, havia o interesse em saber como se dá esse processo na prática docente. Deste modo, iniciou-se o período de observação na instituição de educação infantil, por um período de 15 dias, entre os dias 12 a 27 de abril, com um grupo de crianças de 06 anos de idade, o G6. Tive a oportunidade de fazer parte do cotidiano das crianças, trocar impressões, conhecer um pouco das suas preferências e

necessidades, observar e analisar através dos meus registros diários e por meio dos mesmos, fazer as minhas reflexões. O trabalho de campo foi essencial para o meu olhar acerca desta temática. Nesse sentido Minayo orienta que:

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação como os “atores” que conformam a realidade e, assim constrói um conhecimento empírico importantíssimo para fazer a pesquisa social. (MINAYO, 2012, p.61).

Este momento de pesquisa é extremamente importante para fundamentar com dados reais tudo que é mencionado em teoria e de tal modo tornar a pesquisa ainda mais sólida. Ancorando-se nas palavras da autora Minayo (2012), não há como realizar um trabalho de campo sem pensar nos dois principais instrumentos: a observação e a entrevista. Nesta lógica, Godim e Fraser (2003, p.140) entendem que:

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto as opiniões, as crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante.

Isto posto, compreende-se a importância da observação participante para este trabalho, uma vez que, é a partir dessa convivência que é possível perceber e observar as relações que as crianças estabelecem diante de diferentes situações, inclusive se há manifestações racistas e como estas são tratadas.

Foram analisados documentos da instituição e se entendeu a importância da pesquisa documental, pois consiste em identificar como aparece o objeto de estudo nos documentos pedagógicos da instituição, associada à observação participante. Estas são técnicas que se complementam em relação ao objeto de pesquisa proposto.

Em outras palavras, a análise documental apresenta o conteúdo dos documentos da instituição de maneira mais acessível e facilitada, o observador passa a entender mais facilmente o funcionamento e regras gerais dela. A observação, entretanto, permite que o observador identifique se tudo que está posto em documento é realmente aplicado no cotidiano. Para Bardin:

A análise documental como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito é atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados. (BARDIN, 2011, p.51).

A entrevista com a professora do grupo G6, focalizou os seguintes aspectos:

- a) Perfil do entrevistado (Formação, cargo que ocupa nível de envolvimento do projeto da instituição, tempo de experiência na educação infantil, nível de ensino que atua).
- b) Como a instituição investiga e problematiza essa temática?
- c) De que forma trabalha com as questões étnico-raciais nos planejamentos pedagógicos?
- d) Nos projetos de pesquisa e extensão há algum grupo de professores que investigue e problematize essa temática?
- e) Há algum tipo de formação continuada para os professores de como trabalhar com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (DCERER)?
- f) Considerando que o NDI adota o referencial sócio histórico como são articuladas as questões étnico-raciais a partir deste referencial?

A entrevista foi realizada de acordo com a disponibilidade da professora. Teve a duração de trinta e três minutos (33min), foi gravada e posteriormente transcrita (ver apêndice deste trabalho).

A análise dos resultados orientou-se: pela investigação da proposta curricular da instituição, pela observação das crianças na prática docente e pela entrevista.

Nesta perspectiva, ao pesquisar nesta instituição de educação infantil me indago: Será que esta instituição federal está efetivando as DCNERER, sendo esta uma normativa federal?

## 1.2. A INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL *LÓCUS* DA PESQUISA

A minha escolha pela instituição de Educação Infantil como campo da pesquisa deve-se ao fato de ao longo dos semestres estudados no curso de Pedagogia, ter examinado textos de suas professoras e pesquisadoras e, observado que a instituição é uma referência perante a outras, quer seja pela formação das docentes (em sua maioria mestres e doutoras), quer seja pela proposta pedagógica que assume um referencial teórico sócio histórico .

O Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI, 2011, p.4) “vêm buscando orientar suas práticas pedagógicas tendo como uma de suas bases fundamentais a concepção da criança como sujeito de direito, como ser social, respeitando a infância como o tempo de ser criança devendo ser vivido em sua plenitude”.

Outro critério que orientou a escolha do campo para a realização desta pesquisa foi compreender como uma instituição de Educação Infantil, localizada na Universidade Federal de Santa Catarina, está implementando a lei 10.639/03, sendo que essa temática ainda é pouco discutida na formação inicial dos professores. A partir disso, pretende-se pesquisar documentos que apresentem como estão sendo trabalhadas as relações étnico-raciais na Instituição.<sup>5</sup>

A existência do núcleo deve-se ao trabalho de um grupo designado em 1977 para estudar a criação do Núcleo de Educação do Pré-Escolar - NEPE. Após um levantamento da necessidade de uma creche para a comunidade universitária, onde os interesses das pessoas pelo núcleo era notabilizada, sugeriu-se uma nova denominação: Núcleo de Desenvolvimento Infantil com atendimento de crianças de 03 meses a 06 anos. Tendo em vista que os participantes eram: enfermeiros, servidores públicos, entre outros, o que evidencia o assistencialismo presente quando a questão era os cuidados com as crianças.

Para Kulmann Jr (1998), o peso das concepções médico-higienistas na sociedade, particularmente na assistência à criança, fez por encobrir, à primeira vista, a influência de outras concepções, pois, desde seu início, as creches e pré-escolas tiveram um caráter

---

<sup>5</sup> Inicialmente o NDI surge como um direito da mãe trabalhadora na Universidade, respaldada pela CLT, de 1943, que obrigava as empresas a manterem lugar apropriado para os filhos em período de amamentação. (NDI/CED/UFSC, 2012, p.4).

educacional.<sup>6</sup> A maioria dos profissionais que atuavam naquela instituição eram contratados como auxiliares operacionais de serviços diversos.

Após a Constituição Federal de 1988, a Educação Infantil passou a ser obrigatoriedade do Estado com a educação das crianças de 0 a 6 anos. Pela primeira vez a Constituição de 1988 coloca a criança pequena como um sujeito de direito, reconhecendo o direito em ter acesso à educação.<sup>7</sup>

A relação acadêmica teve uma ampliação com o número de professores de Pedagogia habilitados na Educação Infantil que mantem relação entre o NDI o CED (Centro de Educação). O CED conta com o NDI para formações continuadas e oficinas pedagógicas, abre espaço para discussões e reflexões teóricas, e está vinculado com a rede pública de ensino, o que constitui um fator muito importante para os graduandos em pedagogia.

A instituição oferece vários projetos de pesquisas e extensão como: Arte no muro, boi de mamão, alimentação saudável, meio ambiente, entre outros, com o intuito de valorizar a cultura local, enriquecer os repertórios culturais das crianças e oportunizar experiências significativas.

Dessa forma, o NDI busca “consolidar-se como um centro de referência na área da educação infantil” (s/d, p.4), por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa<sup>8</sup> e a extensão.

---

<sup>6</sup> Em 7 de abril de 1980, é assinada pelo reitor a Portaria nº 118/80,6 que cria o NDI, inicialmente com vagas para crianças de 0 a 18 meses. O objetivo inicial do NDI caracteriza-se como um benefício trabalhista das mulheres, na medida em que o atendimento inicia apenas aos bebês e somente de mães da comunidade universitária (NDI/CED/UFSC, 2012, p.2).

<sup>7</sup> O caráter acadêmico do NDI esteve relacionado por meio de observações, pesquisas, bolsas de trabalho advindos do curso de Pedagogia habilitação séries iniciais, supervisão, orientação e administração escolar, além de outros cursos da universidade. Com a criação no CED, da habilitação educação pré-escolar, ampliam-se as funções acadêmicas do NDI, principalmente com os estágios na área da educação infantil. A partir das discussões e conquistas da Educação Infantil, os profissionais da Instituição deveriam ter graduação em pedagogia (NDI/ CED/UFSC, 2012, p.3).

### 1.3 O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

A proposta de mapeamento da produção acadêmica consistiu em selecionar pesquisas que buscam refletir, acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil. Para isso se consultou o banco de teses e dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior, a Capes aos anos de 2003 a 2013. No entanto, no momento da pesquisa (dezembro de 2014), apenas os trabalhos defendidos em 2011 estavam disponíveis e constatou-se a escassez de trabalhos encontrados direcionados à Educação Infantil.

Para o levantamento no banco de teses e dissertações da Capes utilizou-se quatro descritores: *Crianças negras*, *Relações raciais na Educação Infantil*; *Racismo na Educação Infantil*; *Professoras Negras na Educação Infantil*. Somando um total de 27, foram encontrados 18 trabalhos relacionados a crianças negras, 02 trabalhos sobre relações raciais na educação infantil, 05 acerca do racismo na educação infantil e 02 sobre as professoras negras na Educação Infantil. Deste modo, foram selecionados 06 trabalhos para a sua leitura na íntegra, pois, se percebeu que a maioria deles não tinha relação com a pesquisa propriamente dita. No quadro descrito abaixo é possível analisar a quantidade de trabalhos:

**Quadro 1 - Produção científica encontrada no banco de teses da Capes (2011)**

<b>Combinação de descritores</b>	<b>Nível de pesquisa</b>	<b>Quantidades encontradas</b>
Crianças negras	Mestrado	02
Relações raciais na Educação Infantil	Mestrado	01
	Doutorado	01
Racismo na Educação Infantil	Mestrado	01
Professoras Negras na Educação Infantil	Mestrado	01

Fonte: Elaboração da autora

Os estudos analisados demonstram que a discriminação racial está presente em diferentes formas, comportamentos e em atitudes negativas em relação à cultura negra.

Ademais, foi constatado que a criança negra tem sido exposta à construção de baixa autoestima, sendo que as instituições não acolhem as diferenças e nem as discutem dentro da sala de aula, atitude que pode ser considerada, como reafirmação do preconceito racial.

A pesquisa de Elen Lima (2011) reafirma a percepção de infância das crianças negras, mediante a experiência de formação das professoras. Nesse sentido a importância dos profissionais da educação nesse processo é elementar para uma educação que considere as relações étnicas raciais. Uma das professoras citadas na pesquisa, salienta essa questão, na seguinte fala:

Quando percebi que havia resistência do adulto em aceitar o racismo e principalmente o próprio racismo, entendi o quanto delicada é essa questão. E eu acho que às vezes a gente fala que não existe que não acontece, mas acontece. (LIMA, 2011, p.108)

Conforme Trindad (2011, p.52):

A formação dos educadores é fundamental para que se possa eliminar a discriminação étnico-racial no ambiente escolar. Entretanto, para isso é imprescindível que ela seja devidamente acompanhada pelo desenvolvimento e pela modificação de materiais didáticos- pedagógicos que tratam da África e dos afro-brasileiros no Brasil.

Orientando-se pelos dizeres da autora, entende-se que essas questões precisam ser discutidas e refletidas tendo em vista uma formação continuada para os profissionais de educação para que possam trabalhar com essas questões étnico-raciais. Gomes (2005) salienta que:

Para que escola possa enfrentar o racismo, é necessário que consiga avançar, antes entre o saberes escolares e saberes pertinentes à realidade social e a diversidade étnico- racial; é preciso que os educadores compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, e enfaticamente, as relações raciais. ( GOMES, 2005, p44. )

Considerando ainda, os dados e as constatações das pesquisas mencionadas, acredita-se que as crianças negras sofrem preconceitos raciais em nossa sociedade, e isso, explica e evidencia a importância que a educação infantil tem na superação das questões raciais. Afinal, se essas questões forem trabalhadas de maneira adequada desde a infância, poderemos construir sujeitos mais conscientes, críticos e mais reflexivos.

Por serem insuficientes os trabalhos encontrados no Banco de Dados da Capes e acreditar que este trabalho ficaria fragilizado, utilizou-se o levantamento da pesquisa realizada por Eduarda Gaudio, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Relações sociais na Educação Infantil: Dimensões Étnico-Raciais, corporais de Gênero*”.

**Quadro 2- Produção científica encontradas no banco de teses da Capes (1987-2011)**

<b>Combinações de descritores</b>	<b>Nível de pesquisa</b>	<b>Quantidades encontradas</b>
Crianças e educação das relações étnico raciais	Mestrado	16
	Doutorado	02
Educação infantil e relações raciais	Mestrado	18
	Doutorado	01
Conhecer crianças negras	Mestrado	21
	Doutorado	09
Escutar crianças negras	Mestrado	04
	Doutorado	02

Fonte: Gaudio (2013, p.34)

A partir das leituras a autora elencou os trabalhos e os devidos resumos, seguindo os critérios metodológicos, selecionados no total de 34 pesquisas, dentre essas, 31 são dissertações de mestrado e 03 teses de doutorado. Diante dessas investigações, Gaudio entende que:

Os dados e as constatações das pesquisas mencionadas evidenciam que as crianças negras, desde pequenas, sofrem discriminações e preconceitos referentes ao seu pertencimento étnico-racial, o que contribui efetivamente para a construção de suas identidades. As discussões levantadas pelos trabalhos acusam, ainda, aspectos relacionados às práticas pedagógicas, às relações sociais das crianças negras, às culturas africanas e afro-brasileiras omitidas das instituições, às comunidades quilombolas, à ausência de políticas públicas voltadas para a diversidade, bem como à carência de formação profissional que possibilite um trabalho de valorização de todas as culturas. (GAUDIO, 2013, p.34).

Ancorada nas palavras da autora reflete-se: De que forma a Universidade Federal de Santa Catarina está trabalhando com as questões étnico-raciais na formação acadêmica?

Como os professores estão trabalhando com esta temática em sala de aula? A formação inicial dos professores é suficiente para trabalhar com esta temática? E ainda indago: De que maneira pode-se construir uma educação igualitária, se não utilizarmos os documentos e as leis existentes e se não reforçarmos o direito que a criança tem de aprender diversos repertórios culturais?

Nesse sentido, a autora explicita sobre o processo de identidade de crianças pequenas e cita os estudos de GODOY, 1996; SANTOS, 2005; MACÊDO, 2008; TRINIDAD, 2011 salienta que:

As influências que a ideologia hegemônica possui sobre propostas curriculares das instituições de educação, silenciando questões que se referem às diferenças étnico-raciais e que atuam na constituição identitária das crianças. (GAUDIO, 2013, p.36).

Ao verificar os trabalhos acima relacionados , foi possível perceber que o tema aqui abordado tem sido pouco investigado. A análise dos trabalhos contribuiu ainda, para ampliarmos as lacunas existentes acerca da temática, pois, este assunto ainda é pouco debatido em nossa sociedade, e certamente, a pesquisa realizada contribui com a reflexão sobre uma sociedade mais igualitária, principalmente para as infâncias.

Portanto, percebemos a necessidade de trabalhar e debater essa temática nas instituições infantis, nas universidades e na sociedade como um todo.

## 2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

### 2.1 EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A partir da Constituição de 1988, todos os brasileiros são considerados iguais perante a lei. O Brasil busca efetivar uma condição de um Estado mais democrático e consciente, e objetiva livrar-se de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e permanência nas instituições educacionais.

No entanto, sabemos que essas determinações não foram suficientes para as mudanças efetivas em nossa sociedade e nem tão pouco para combater as desigualdades raciais existentes. Nesse sentido, faz-se necessário compreender como se constitui o *preconceito, a discriminação racial e o racismo*. A autora Nilma Lino Gomes define:

O preconceito trata-se de um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro. (GOMES, 2005, p.54)

Infelizmente, desde tempos passados até a contemporaneidade o preconceito, vem moldando a sociedade. É uma atitude que se manifesta no momento em que as pessoas são "pré-julgadas" com base nas características superficiais, sem nem conhecer o indivíduo há o julgamento consciente ou inconscientemente, e isso se dá devido à ignorância e intolerância do ser humano em generalizar as pessoas de determinada raça, cor, cultura ou opção sexual. O preconceito é manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória. Dessa forma Maria Aparecida entende que:

A discriminação por sua vez, é a manifestação comportamental do preconceito, ou seja, a materialização da crença racista em atitudes que efetivamente limitam ou impedem o desenvolvimento humano pleno das pessoas pertencentes ao grupo discriminado e mantém os privilégios dos membros do grupo discriminador á custa do prejuízo dos participantes do grupo discriminado. (SILVA, 2001, p.76)

Como mencionado pela autora a discriminação é a efetivação do preconceito, em que o outro é tratado de maneira diferente e parcial, por motivos de diferenças de raça, cor, cultura. O discriminador tem o propósito de anular o reconhecimento do discriminado. Quando ocorre preconceito e a discriminação com base em percepções raciais se origina uma manifestação do racismo. Sobre o racismo Silva menciona o seguinte:

Explica-se como o racismo é uma expressão mais ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico. O racismo revela-se basicamente em três níveis: individual, institucional e cultural. No nível individual, um membro de um grupo racial julga-se superior a outro simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior (branco, por exemplo). O racismo acentua atributos positivos do grupo que se acha superior e atributos negativos do que é inferiorizado, retira a humanidade do grupo racial em posição de inferioridade, transforma as diferenças em desigualdades. No nível constitucional, o racismo dispõe as instituições (estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos, etc). No nível cultural, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade de herança cultural de um grupo étnico racial com relação a outro. (SILVA, 2001, p.76)

Em poucas palavras o racismo é a separação entre as raças em que uma se considera superior à outra, é uma maneira de discriminação baseada em motivos raciais e tem como objetivo intencional a diminuição ou anulação dos direitos humanos das pessoas alvo da discriminação. A questão do preconceito racial na sociedade brasileira demonstra a existência de um modelo racista construído historicamente.

Tendo em vista esses conceitos e parafraseando Gomes (2005), é necessário discutir a superação do preconceito, da discriminação e do racismo e a instituição escolar tem um papel importante a cumprir na sociedade. Sendo assim, é necessário destacar o papel da educação nesse debate, para que se discuta o preconceito racial na perspectiva de se construir identidades positivas.

Cavalleiro (2012, p.33) aponta que “a ausência do debate social condiciona uma visão limitada do preconceito por parte do grupo familiar, impedindo a criança de formar uma visão crítica sobre o problema”. Cabe indagar: Em que medida a instituição de educação infantil está preparada para lidar com a questão étnico-racial?

Segundo a professora e pesquisadora Joana Passos (2012, p.111): o enfrentamento do racismo e das desigualdades raciais pelos movimentos negros ao longo da história brasileira foi, sem dúvida, o elemento propulsor que possibilitou nos últimos anos a inserção das questões étnico-raciais na educação brasileira.

Portanto a importância dos movimentos negros foi fundamental, mas essa luta não deve ser apenas do Movimento dos Negros, e sim uma luta da sociedade, pois, a escola enquanto instituição é responsável por assegurar o direito de educação desse sujeito.

De acordo com Cavalleiro, o racismo no Brasil pode ser identificado quando se realiza uma leitura comparativa das desigualdades sociais e diferenças das populações negra e branca. Podendo-se entender o preconceito como um subproduto do racismo. Nas palavras do estudioso Leon Crochik:

Não se pode por isso se estabelecer um conceito unitário de preconceito, pois ele tem aspectos constantes, que dizem respeito a uma conduta rígida frente a diversos objetos e aspectos variáveis que remetem às necessidades específicas do preconceituoso, que são representadas nos conteúdos distintos atribuídos aos objetos. Na relação entre a identificação de característica do preconceituoso e a diversidade de conteúdos que percebe em suas vítimas, se apresenta na base a relação entre indivíduo e sociedade, isto porque a fixidez de um mesmo tipo de comportamento se relaciona com estereótipos oriundos da cultura. Esta relação não é direta, pois o indivíduo se apropria e modifica estereótipos de acordo com as suas necessidades; contudo, as ideias sobre o objeto do preconceito não surgem do nada, mas da própria cultura. (CROCHICK, 1995, p.16 apud CAVALLEIRO, 2012, p.23)

Desta maneira, é preciso trabalhar a questão da diversidade já na infância. Se a criança não for preparada desde cedo, dificilmente romperá com os preconceitos presentes na sociedade e tenderá a repetir os padrões de discriminação que aprenderá com o convívio social. E considerando assim que a luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo/a educador (a), independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.

Contudo, a educação das relações étnico-raciais exige uma pluralidade e novas aprendizagens para um projeto coletivo de uma Educação mais justa e democrática, principalmente se entendermos que as crianças se constituem nas interações e que estas interações são permeadas por seus pertencimentos étnico-raciais, de gêneros, de classe, de religiosidade, etc. Conforme o estudioso Munanga explicita:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como

os adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados. (MUNANGA, 2005, p.17)

Deste modo, entendo que uma educação democrática e igualitária, voltada para uma educação étnico-racial é o reconhecimento das diferenças sociais destas crianças e da sua cultura, sendo dever da instituição fortalecer a identidade, valorando seu pertencimento neste espaço que o constitui.

Para pensar em uma pedagogia para uma educação das relações étnico-raciais é necessário que se repense os currículos, ou seja, esses conteúdos escolares que estão constituídos para os sujeitos são fundamentais para a discussão do racismo em nossa sociedade. Portanto, é imprescindível levantar essa questão para que o cidadão possa se posicionar perante a sociedade e para uma construção de práticas menos preconceituosas e de reconhecimento das diferenças. Conforme as Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais:

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois tarefa de todo e qualquer educador independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. (BRASIL, 2010, p.15)

Por isso, compreende-se que as questões étnico-raciais precisam ser inseridas na educação infantil possibilitando o reconhecimento dessa cultura a todas as crianças, pois, só assim poderemos, como educadores e formadores, transformar a sociedade em que vivemos. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil definem a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p.12)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) apresentam concepções de que a diversidade é um dos pontos que precisa ser trabalhado na infância juntamente com a valorização da educação de uma cultura étnico-racial. Tendo isso em vista,

o Art 26ª da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que foi alterada pela Lei 10.639/03.

A Lei 10.639/03 é uma grande conquista dos Movimentos Negros em nossa sociedade, pois foram estes que por décadas se mobilizaram para sua criação. Após a promulgação da lei o Ministério da Educação, através da secretaria continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI), construiu em 2005, as Orientações para uma educação das relações étnico raciais e mais tarde em 2007 elaborou, com participação da sociedade civil e de universidades, o Plano Nacional para Implementação das Diretrizes Curriculares Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais ( DCNERER).

Todas as normativas constituídas me levam a indagar: Como esses documentos têm sido utilizados para subsidiar o trabalho pedagógico na educação infantil? Como os projetos políticos pedagógicos de uma instituição explicitam esses documentos? Tendo em vista essas inquietações e com o intuito de fundamentar solidamente essa pesquisa, foi escolhida uma instituição aos contornos de uma Universidade Pública para investigar com mais detalhes essas questões.

## 2.2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO

O período histórico da educação infantil no Brasil foi demarcado pela não aceitação da criança como sujeito de direitos, não respeitando as suas singularidades e as suas diferenças sociais. Dialogando com o estudioso Phillipe Ariés, compreende-se que não havia o sentimento de infância, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura. A partir do século XX, se começou a pensar na criança, visto que com a industrialização e crescente urbanização brasileira a mulher precisava ingressar no mundo do trabalho. Desta forma Kuhlmann entende que:

As evidências históricas revelam que o número de creches e pré-escolas no Brasil até meados da década de 1970 aumentou lentamente,. (...) parte ligada aos sistemas de educação, atendendo crianças de 4 a 6 anos, e parte vinculada aos órgãos de saúde e de assistência, com um contato indireto com a área educacional (KUHLMANN, 2000, p.8 apud RAUPP et al, 2012, p.18)

A década de 1970 e a década de 1980 foram marcadas por uma luta histórica para a Educação Infantil. Nesse sentido a autora Rosemberg (2002), percebe que as Organizações multilaterais pouco atuaram na Educação Infantil, o então Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/ 1999-2002) consolidou a bandeira da modernização, sob as

regras do Banco Mundial, sendo a prioridade investimento para o ensino fundamental e para a Educação Infantil, programas de baixos investimentos, principalmente para as crianças pobres. Assim, a Constituição Federal de 1988, juntamente com a Lei de Diretrizes e de bases de 1996 estabeleceu que :

Art. 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 (seis) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p.12).

Desta forma, essa legislação afirma a obrigatoriedade do ensino, reafirmando o desenvolvimento da criança e a exigência da participação da família dentro da instituição de ensino.

Na década de 1990, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, as mudanças e as reformas políticas foram necessárias para influenciar as políticas nacionais. No início da primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002), ocorreram as primeiras mudanças, sendo uma delas a criação de um projeto inicial o Fundo de Educação e Manutenção da Educação Básica (FUNDEB). Esse plano objetivava que a educação básica e consequentemente a educação Infantil pudesse avançar em seus aspectos políticos, sendo que anteriormente não havia esse olhar para essa etapa básica.

No ano de 2003, o governo mencionado sancionou em março a lei 10.639/03 que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece a implementação das DCERER, essa decisão resgata a contribuição dos negros para a sociedade, sendo assim foi criado uma Secretaria de Políticas de promoção da igualdade racial, a SEPPIR com o objetivo de uma vez por todas combater o racismo e promover a igualdade entre os diferentes grupos étnicos. Para a autora Kramer (2011, p.8)

é necessário, respeitar as distinções e ainda, compreender e respeitar a criança, o jovem, o adulto, nas suas particularidades e diferenças, mas garantindo uma mesma qualidade, sem a qual se estaria apenas perpetuando a desigualdade, a opressão, o autoritarismo, a discriminação de gênero, o racismo e tantas outras formas de preconceito sempre contrárias à democracia.

Desta forma a Resolução N° 5, de 17 de Dezembro de 2009, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil explicita a responsabilidade dessa etapa educacional para a educação das relações étnico- raciais e com a história da cultura afro-brasileira, africana e indígenas:

Artigo 6º. As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios I- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. (BRASIL, 2009, p.2)

O documento ainda chama a atenção das instituições para o cumprimento da ação pedagógica conforme descrita abaixo:

Art. 8º. A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. IX- o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação. (BRASIL, 2009, p.2)

É de extrema importância discutir essa diversidade cultural, não silenciando as questões raciais, e ainda, debater essas questões na instituição escolar e na formação inicial dos professores, pois, quando silenciamos reforçamos o racismo. Precisamos compreender a dimensão dessa questão, para então, buscar estratégias para a superação do racismo em toda a sociedade.

A instituição, ou seja, a creche deve ser a propulsora para a ampliação de diversas linguagens e promover cada vez mais as relações sociais das crianças. Para que a criança possa enriquecer a sua aprendizagem, e para que haja significação na prática pedagógica do professor. De acordo com a autora Eloisa Candal Rocha:

As peculiaridades da criança nos primeiros anos de vida, antes de ingressar na escola fundamental, enquanto é sujeito ainda não é “aluno”, mas um sujeito – criança em constituição exige pensar em objetivos que contemplem também as dimensões de cuidado e outras formas de manifestação e inserção social próprias deste momento de vida. (ROCHA, 2001, p.06)

Portanto, percebe-se a importância de trabalhar com a Lei 10.639/03 para uma educação pautada nas relações étnico-raciais, com o objetivo de garantir uma educação igualitária respeitando as crianças, enquanto sujeitos de direitos.

Diante da realidade da Educação Infantil, frente às relações étnico-raciais, a política curricular para a educação infantil, reafirma a responsabilidade da instituição em trabalhar

acerca desta temática, possibilitando reflexões sobre o conhecimento e aceitação das diferenças.

### 3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

#### 3.1 ANÁLISE DA PROPOSTA CURRICULAR DA INSTITUIÇÃO

A proposta curricular foi pensada para detalhar e contextualizar os propósitos que orientam as atividades pedagógicas, acadêmicas e políticas da instituição. Ela tem como horizonte a emancipação humana e um compromisso com o futuro das novas gerações, contribuindo para sua humanização e para a sua realização como seres humanos que vivem e realizam suas atividades em sociedade (NDI/CED/UFSC-PROPOSTA CURRICULAR, 2014, p. 26).

Dessa maneira, buscamos os conceitos currículo e prática pedagógica para entender como elas revelam as expectativas sobre a Educação Infantil. No entendimento do NDI, currículo é o:

conjunto de conhecimentos e vivências vinculados à apropriação da cultura, realizada sob a responsabilidade da escola o que inclui a creche e a pré-escola, constituindo-se em uma prática social escolar diretamente ligada ao delineamento de ações - projetar e realizar - ligadas ao ensino e à educação, com vistas às aprendizagens consideradas necessárias às gerações mais jovens em um dado período de suas vidas. Desse modo, constitui-se como um campo do conhecimento, por intermédio do qual são projetadas idéias diversas, utopias individuais e coletivas, ideologias globais, ou valores concretos a serem compartilhados e relacionados a um contexto histórico e geográfico, bem como configurações a serem modeladas no trabalho pedagógico desenvolvido pela escola, devendo modelar. (NDI, 2014, p.22).

Tendo em vista a definição do currículo para a instituição, percebemos a necessidade de conceituar a prática pedagógica. Acredita-se que não há como pensar o currículo isoladamente sem uma reflexão acerca de uma prática de qualidade, visto que é um elemento crucial para o entendimento das relações sociais e culturais nos conhecimentos desenvolvidos com as crianças.

A Prática Pedagógica é entendida como uma prática social complexa acontece em diferentes espaço/tempos da escola, no cotidiano de professores e alunos nela envolvidos e, de modo especial, na sala de aula, mediada pela interação professor-aluno-conhecimento. Nela estão imbricados, simultaneamente, elementos particulares e gerais. Os aspectos particulares dizem respeito: ao docente - sua experiência, sua corporeidade, sua formação, condições de trabalho e escolhas profissionais; aos demais profissionais da escola – suas experiências e formação e, também, suas ações segundo o posto profissional que ocupam; ao discente - sua idade, corporeidade e sua condição sociocultural; ao currículo; ao projeto político-

pedagógico da escola; ao espaço escolar – suas condições materiais e organização; à comunidade em que a escola se insere e às condições locais. (“ Prática Pedagógica”. *Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente*, s/d)

A educação infantil se configura como um espaço educativo que propicia inúmeras relações sociais e culturais, possibilitando dar sentidos e significados para as crianças compreenderem as diversas diferenças em nossa sociedade. Assim sendo, a Proposta Curricular (2014, p.32) define:

A educação, como forma de apropriação da cultura, é uma prática essencialmente humana e é por ela que os homens podem adquirir conhecimentos que lhes permitem ampliar a relação com o mundo natural e social.

Portanto, é imprescindível uma prática pedagógica que respeite os direitos das crianças, pois, é uma atitude determinante para que se possa estabelecer uma educação mais justa e democrática na sociedade que vivemos. Conforme Wiggers ( 2012, p.107):

os processos educativos consequentemente recaem sobre o papel das mediações em suas mais diferentes formas. Isto requer a intervenção do professor, pois é sua função organizar o espaço interativo. É ele que carrega a responsabilidade pelo processo de aprendizagem e, em consequência, do desenvolvimento das crianças.

Todavia, compreendemos o funcionamento desses processos para a Educação Infantil, tendo como propósito possibilitar um enriquecimento de repertórios para as crianças. Este fato, além de exigir a mediação do professor, demanda uma proposta curricular que assegure a especificidade da educação infantil. Desse modo, a instituição tem como objetivos:

Possibilitar condições para o desenvolvimento integral da criança como sujeito de direitos, por meio da apropriação e ampliação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, considerando as especificidades da infância e a singularidade de cada criança. - Contribuir para o desenvolvimento pleno das capacidades humanas da criança, considerando as especificidades de cada estágio de seu desenvolvimento. Assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, que inclui o planejamento, as mediações, as intervenções, os registros, as observações e o processo avaliativo.- Desenvolver os princípios Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais- Desenvolver a convivência democrática entre as diferenças sociais, étnico-raciais, de gênero, entre outras- Promover o diálogo aberto e contínuo com

as famílias ou responsáveis das crianças, considerando suas necessidades, contextos de vida, costumes e valores culturais. (NDI, 2014, p.67)

No trecho supracitado percebe-se a preocupação da Instituição em atender todas as demandas sociais e criar as condições sociais e culturais para as crianças, atendendo suas necessidades e especificidades.

Na proposta curricular analisada, um dos eixos abordados é a questão da diversidade, especificamente as questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, contudo, a instituição declara que sua posição política não essencializa as diferenças, pois, conforme a proposta, as diferenças nos constituem como seres humanos.

À vista disso, o plano de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira salienta:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade, para a construção da inteligência e para a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito racismo e discriminação racial. Isso faz com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e cultura brasileira. (BRASIL, 2013, p.49).

De acordo com as orientações curriculares das relações étnico-raciais (2010) para a construção de uma educação antirracista, o professor deve estar comprometido com o combate ao racismo e as discriminações, buscando conhecer acerca da história e cultura africana e se comprometer com a perspectiva do multiculturalismo na educação. Nesta perspectiva, percebe-se a importância de se atentar ao multiculturalismo para compreender que o currículo não está separado das relações de poder que advêm das diferentes culturas raciais e étnicas a viverem no mesmo espaço, por isso, há a necessidade de entender como está sendo compreendido isso, no contexto da educação Infantil.

Desta maneira, a proposta curricular do NDI informa que a valorização e o reconhecimento das diferenças são questões que estão sendo pautadas dentro da instituição, com a finalidade de garantir um trabalho que não permita a perpetuação das relações preconceituosas e reducionistas. Nesse sentido as DCNEI (2010, p.21) entendem que as propostas pedagógicas da Educação Infantil devam assegurar:

O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

A proposta Curricular (2014, p.40) está pautada na compreensão da constituição do sujeito pela via histórico-cultural, tal como definem os estudos Vigotskianos. As relações históricas, sociais e culturais que constituem características subjetivas e intersubjetivas são contrárias ao determinismo biológico. Essa lógica determinista está presente nas narrativas que naturalizam as desigualdades e as hierarquias sociais entre as diferenças de sexo, gênero, étnico-raciais, de classe, bem como as singularidades humanas relacionadas às deficiências e à superdotação (altas habilidades). Nesse sentido, nos documentos institucionais o NDI assume o comprometimento em promover esses rompimentos sociais, étnicos, de gênero, sempre com preocupação de garantir os direitos sociais das crianças. Com isso, a instituição:

Busca superar as formas/tempo de abordar os “problemas da diversidade” apenas em contextos em que há crianças que apresentam diferenças socialmente significadas, tais como: diferenças raciais e de gênero, deficiência, ser estrangeiro, dentre outras. Importa, pois, seguir na direção do fomento de práticas político-pedagógicas que contribuam para a construção de uma sociedade em que as relações entre os seres humanos sejam desprovidas de preconceitos, marcadas pela valorização das diferenças como elemento fundamental para a construção de igualdades coletivas de acesso a direitos e de experiências sociais positivas. (NDI, 2014, p.40)

Evidencia-se a necessidade de uma proposta pedagógica de qualidade que respeite o tempo de aprendizagem das crianças, suas necessidades, e ter um olhar sensível para essas múltiplas linguagens constituídas de maneira a estimular a criança a observar a diversidade não com olhar de diferença, mas de igualdade coletiva.

As crianças ao entrar nas escolas de educação infantil trazem consigo todas as dimensões que as constituem, reafirmando a necessidade de o trabalho pedagógico ser direcionado para a diversidade. Existe a possibilidade concreta de superação dos preconceitos e desigualdades, propiciando às crianças uma vivência em espaços educativos mais igualitários, em que não se silencie as diferenças, mas que se amplie o pensar sobre elas. (NDI, 2014 p. 41)

Deste modo, as crianças devem ser observadas sob o ponto de vista sócio histórico, como heterogêneos e historicamente, inseridos em um contexto que, por vezes, apresentam manifestações de racismo. É necessário o olhar desse professor para essas questões para assim construir uma educação para a superação dos preconceitos.

### 3.2 CONHECENDO O GRUPO G6

Para responder todas as indagações, além de haver a inserção na unidade de educação infantil, inseri-me em um grupo de crianças. Observá-las, suas ideias e suas ações é uma tarefa desafiadora para nós educadores/as. Há necessidade do olhar sensível<sup>9</sup> para constatar e compreender os significados das relações sociais no qual se encontram é um exercício complexo, pois em uma pesquisa carregamos algumas expectativas, acreditando que todas serão cumpridas.

As primeiras observações foram desafiadoras, pois queria observar tudo ao mesmo tempo, tinha receios e anseios de não conseguir adentrar na minha pesquisa. Aos poucos consegui manter o foco e assim consegui captar as brincadeiras das crianças, suas conversas e interações recorrentes às relações étnico-raciais. Os profissionais que atuam naquela instituição contribuíram para o meu olhar sensível.

O grupo no qual realizei o trabalho de campo foi o G6, que é composto por 16 crianças, com idades entre 05 e 06 anos. Destas, 8 são meninas, 8 meninos e 02 crianças socialmente negras<sup>10</sup> (dois meninos). Nesse período de observação percebi que o grupo se caracteriza principalmente pela necessidade de estar com o corpo em movimento, pelas brincadeiras constantes, pelo desejo de saber tudo o que acontece dentro e fora da sala de aula, e a vontade incessante das descobertas. Elas demonstram interesse por jogos de cartas e por pinturas nos corpos.

Foi constatado que o grupo tem fortes características heterogêneas, são crianças diferentes umas das outras, na forma de relacionar-se com os outros, de agir, etc. Nesse sentido, em uma atividade promovida pela professora regente, trabalhando com a história “Nós”, da autora Eva Furnari, que trata sobre a questão das diferenças, a professora questiona as crianças perguntando: o que cada um gosta em si?

Logo após a história, cada criança deveria relatar suas características. Quando todas concluíram suas falas, havia um local na sala onde tinha uma caixa com os nomes das crianças e cada uma deveria pegar um nome na caixa (sem poder ver) e desenhar as

---

<sup>9</sup> De acordo com Ostetto e Rocha(2008,110) é necessário o educador cultivar a sensibilidade do olhar, ampliar seu campo de visão. É necessário a construção de um olhar diferenciado sobre as crianças pequenas, centrado nas múltiplas formas de expressão que elas utilizam para se comunicar e ser no mundo.

<sup>10</sup> A identificação do pertencimento étnico-racial foi feita por mim, baseado no fenótipo das crianças.

características do/a amigo/a. A professora lembrou às crianças que poderiam desenhar o que haviam conversado anteriormente. Depois da realização dos desenhos, elas teriam que adivinhar quem era o seu amigo, uma espécie de amigo secreto. Nesta atividade as falas das crianças foram essenciais, como está descrito abaixo:

- Ela tem cabelos de cachos, brinca muito.
  - Todos responderam: - É a C..
  - .C. continua a brincadeira e fala: Essa menina faz balé, gosta de brincar de mamãe e filhinha com a L.
  - As crianças responderam:- É a H., só pode ser a H.
  - A menina h .continua:- Ela tem cabelo loiro, pele branca, olhos verdes.
  - Quase em coro as crianças respondem:- É a m.
  - M explica:- Ela tem cabelo preto, cor de chocolate.
  - E todos respondem:- Acho que é a Y.
- (Diário de campo 15/04/2015)

Em outro momento, a professora continuou a atividade com as crianças, pois não havia concluído, nesse dia não deu tempo para continuar o “ amigo secreto”, ou seja, explicar as características dos amigos na roda, desta forma a professora pediu para quem estivesse acabando os seus desenhos explicá-lo como se pode ver abaixo:

- Ele tem cabelo marrom, nariz branco.
  - Cabelo loiro, calça vermelha igual do uniforme do flor.
  - Cabelo preto, roupa de tigre, cabelos longos, pele rosa com tic-tac no cabelo.
  - Cabelo marrom igual o meu, tem um sapato rosa.
  - Cabelo colorido, olhos grandes, boca grande.
  - Ele tem uma parte preta no rosto dele, pintas no rosto quase não deu pra ver.
  - Cabelo dourado, cor de Nescau.
  - Perguntei a ela: O que é cor de Nescau?
  - É uma cor marrom com branco- responde I.
  - Cor do cabelo marrom, cor de pele mesclada meio amarelo.
  - O que é mesclado- pergunto a E. e a menina responde: é um amarelo clarinho e mostrou uma toalha da sala, é uma bailarina que faz balé.
- (Diário de campo 23/04/2015)

A questão da identidade é muito forte nas crianças pequenas: como elas se veem é essencial para entendermos como estas relações sociais estão permeadas na prática pedagógica, para isso, define como essencial apontar o conceito de identidade do estudioso Kabengele Munanga:

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si( autodefinação) e a definição dos

outros( identidade atribuída) tem funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos,as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1994: 177-178 apud GOMES, 2005, p.40)

Desta forma, compreende-se que a identidade também parte de uma função política e ideológica, ou seja, não há como pensar neste conceito sem pensar em uma relação de poder e cultura. A partir disso, entende-se que a identidade é uma construção social e não se faz isoladamente, a ideia que o indivíduo tem de si é obtida pelo reconhecimento do outro. Gomes(2005,p.41) menciona que:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005, p.41).

Algo que chamou minha atenção nesta minha caminhada como pesquisadora foi uma das atividades realizada pela professora no qual contou a história do “Cabelo de Lelê” da autora Valéria Belém. Esta conta a história de uma menina chamada Lelê que não gosta do que vê. Ela vive se perguntando sobre sua história e a beleza das heranças africanas e a resposta encontra num livro. Ao contar para as crianças, I.(professora) questiona com várias perguntas:

- Nessa sala há pessoas que usam cabelos de cachos?
  - Mais será que ela quer cortar o cabelo? E só na África que tem cabelos de cachos
  - Tem algum negro nessa sala?
  - E os cabelos todos são cacheados?
- (Diário de campo dia 27/04/2015)

As crianças foram se atentando cada vez mais e respondendo as perguntas da seguinte forma:

- Sim, o cabelo da profe P. é cacheado- responde A.-
- O meu cabelo é de cachos- responde E.
- O meu também- responde F. e G.-
- Cada um é diferente do outro- responde G.-
- Cada cor é diferente- responde A.-
- Para resolver o problema dela é só cortar o cabelo- responde L.-
- Eu nasci aqui e tenho cabelos de cachos- responde E.-
- Todos são pretinhos na África- responde G.-
- G.! O termo correto é negro, não é pretinho- diz a profe

- Nesse momento, A( negro) levanta a mão e diz: sou chocolate negro”. As crianças respondem: a profe P e eu.  
 Meu cabelo de Cachos é loiro- diz K.  
 Meu castanho- diz Y.  
 Eu não vi na rua apenas pessoas negras na África do Sul. Interfere a menina M.  
 É feio ser chamada de negra- diz E. para profe  
 Por que E.?- pergunta a professora  
 Meu pai disse que é feio falar negro- diz E.  
 (Diário de campo dia 27/04/2015)

Nos relatos percebe-se o respeito das crianças umas com as outras, além do prestígio de uma criança em se auto identificar como negra. Entretanto, o que me chamou atenção foi o comentário de uma menina : “meu pai disse que é feio falar negro”. Sobre o apontamento feito pela criança entendo que houve uma falta de consideração com relação ao negro na sociedade brasileira, ser negro é postura política de reconhecimento, por muitos anos os negros foram excluídos, a hierarquização das diferenças se perpetuou ao longo do tempo. Conversando com a professora percebi que havia todo um cuidado com esta menina, a preocupação da mãe com a criança, pois não havia contado que avô era negro, toda uma situação familiar conturbada, podendo-se evidenciar que o preconceito está transposto nas relações sociais. De acordo com Gomes:

Enquanto sujeitos sociais é no âmbito da cultura e da historia que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas, também as identidades de gênero, sexuais, de nacionalidade, de classe, etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. (Louro 1999 apud GOMES, 2005, p.42-43).

Entende-se a preocupação da professora em valorizar essas diferenças para demonstrar que as relações sociais nos constituem como seres humanos, pois, isso me permite perceber que a relação com outro é essencial para a nossa construção social. Desta forma, se considera elementar entender o conceito de identidade negra:

A identidade negra é entendida, aqui como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção de um olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005,p.43)

Construir essa identidade negra não é nada fácil, o processo auto conhecimento da criança se inicia na família e cria desdobramentos. Desse modo, pode-se identificar que a

instituição educativa é o local para compreendermos estas diferenças e para construção de uma educação mais justa e democrática. É importante uma formação continuada para os professores, para que se possam trabalhar com essas diversidades culturais e romper com estas barreiras do racismo e do preconceito. Para Gomes:

A escola tem um papel importante para cumprir nesse debate. Os professores (as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores (as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial (GOMES, 2005, p.60).

Neste sentido, destaca-se outra atividade realizada em conjunto com as turmas G4 (crianças com quatro anos), G3 (crianças com três anos) e G5 (crianças com cinco anos). Foi contada para as crianças a história de uma princesa africana Malaica, com sombras, as professoras utilizaram o retroprojetor para fazer o efeito. De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2010, p.26) “é necessário que garantam espaços que promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura”.

Outra cena que me chamou a atenção foi quando a bolsista Priscila (pele negra, cabelos cacheados) me relatou a seguinte situação:

Camila, ontem eu estava com o meu cabelo solto, não costumo vir, pois sempre prendo os meus cachos. E indo a caminho do banheiro me encontro com as meninas: E. (cabelos cacheados, pele morena, olhos castanhos) e S. (pele clara, cabelos castanhos) e elas me perguntaram:

- Profe! Seu cabelo está engraçado hoje, você não se importa que as pessoas riam e apontem pra você?
- Eu não me importo porque adoro o meu cabelo de cachos- diz S.
- Mas, tá engraçado o seu cabelo assim- diz E. S.
- Sabe profe! Não gosto do cabelo do C.- diz a menina E.
- Eu acho muito bonito- diz Profe
- Desta forma encerra o assunto

(Diário de campo, 13/04/2015)

Ancorada nas palavras de Gomes (2005, p.55), entendo que o preconceito como atitude não é inato, é aprendido socialmente, nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amigos e se prolonga até a inserção em

instituições, enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. Desta forma, podemos considerar que os julgamentos raciais apresentados pelas crianças são resultados tanto do seu contato com o mundo adulto como também das relações com outras crianças.

Por fim, durante todo o meu período de observação e também em todos os outros momentos procurei sempre manter o foco da minha pesquisa e não interferir no modo que as professoras trabalhavam com esta temática, sempre respeitando os sujeitos que estavam presentes e os profissionais atuantes naquela instituição para aprender com aquelas crianças e contribuir para a aprendizagem de todos.

### 3.3. O PLANO DE TRABALHO DA PROFESSORA REGENTE

Analisando o plano de trabalho da professora da Instituição NDI, foi identificada a preocupação em seu planejamento com a questão da identidade e da diferença. Fica explícito o objetivo de problematizar as discussões com as relações de gênero, raça/etnia, religião, e a preocupação com as práticas humanizantes e igualitárias.

Nesse sentido, as Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil (2010), a Constituição Federal de 1988, além do próprio documento da instituição nos orienta para uma educação não sexista e não racista que reconheça a diversidade de orientação afetivo-sexual/ ou identidade de gênero. Deste modo, o seu plano de trabalho tem como objetivo:

Criar situações de aprendizagem considerando tempo, espaços, e materiais, que conduzem o trabalho junto às crianças independentemente do sexo, raça/etnia visando sua autorização e transição nas brincadeiras para além das dicotomias e atributos construídos socialmente. Refletir sobre as situações pedagógicas com as crianças, com objetivo de construir diferentes significações e atributos sobre sua corporeidade e do outro, a partir de uma lógica contrária a inscrição dos corpos marcados apenas por uma lógica normática. (NDI, 2015, p.7)

Acredita-se na importância da educação infantil em proporcionar e propiciar espaços para as crianças, para que possam reconhecer seus direitos e seus pertencimentos sociais e raciais, a educação como um espaço de oportunidades que valorize as diferenças destes sujeitos para assim podermos pensar em uma educação menos hierarquizada nas diferenças, nos preconceitos e no racismo. Para a autora Nilma Gomes:

A educação é um direito social e colocá-la no campo dos direitos é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superam as desigualdades sociais e raciais. (GOMES, 2001 p.84)

Nessa perspectiva, a instituição de educação infantil pode ser um espaço que permita relações sociais onde as crianças tenham a oportunidade de se relacionar com o mundo a sua volta e onde os educadores possam compreender e praticar essas relações. Em seu plano de trabalho a professora salienta que(...) a diferença nos constitui enquanto grupo está escrita inclusive naqueles que são considerados dentro da norma. Somos pessoas únicas e em constante transformação num ambiente, também, em constantes transformações”. (NDI, 2015, p.06,).

Portanto, é compreensível que nossa tarefa como educadores é tratar as questões que as crianças nos trazem em nosso cotidiano e temas como: raça, diversidades e gênero com a devida valorização e o reconhecimento das diferenças. Pois, esse é o local onde podemos diversificar e ampliar as nossas aprendizagens. Assim, conforme os parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil (2006) a criança é parte da sociedade e vivendo em nosso país tem o direito de:

à dignidade e ao respeito; autonomia e participação; à felicidade, ao prazer e à alegria; à individualidade, ao tempo livre e ao convívio social; à diferença e à semelhança; à igualdade de oportunidades; ao conhecimento e à educação; a profissionais com formação específica; a espaços, tempos e materiais específicos. (BRASIL, 2006,p.19)

Dessa forma, há a necessidade de tratar essas questões, respeitando as crianças e o seu meio cultural, é importante ressaltar que a educação lida com seres concretos e são nas relações culturais que nos constituímos como seres humanos.

#### 3.4. O QUE DIZ A PROFESSORA SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para contextualizar um pouco sobre o caminho percorrido pela professora, cabe aqui explicar: ela começou sua trajetória com a graduação em Pedagogia na UDESC, depois fez psicologia na UNISUL, recebeu o título de Mestre na Universidade Federal de Santa Catarina

e por fim o doutorado em Psicologia na UFSC, sobre a violência contra a mulher, tendo em vista uma discussão sobre gênero e a Lei Maria da Penha.

É importante destacar que a professora é uma estudiosa em relação de gênero e diversidade, trabalha com estas questões em sua formação continuada, mas, ao ser questionada de que forma a Instituição trabalha com as diferenças ela explicita:

(...) O que me chamou a atenção que não havia anunciado no PPP (projeto político pedagógico) como que a instituição se relacionaria ou se posicionaria diante das questões das diferenças incluindo esses projetos raciais, qual o posicionamento ético e político da instituição em relação às diferenças. Tinha toda uma discussão sobre a inclusão do projeto de acessibilidade da instituição NDI, mas, sobre essas categorias que constituem os sujeitos seja raça, gênero, sexualidade, diversidade, ou seja, não estava anunciado na proposta curricular. (Professora Regina).<sup>11</sup>

Fica evidente que ainda há um distanciamento dessas questões, ou seja, estas questões permeiam o que se pode chamar de currículo oculto. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem de forma implícita para aprendizagem sociais e relevantes. Precisamos especificar melhor, pois, quais são esses aspectos e quais são essas aprendizagens. (SILVA, 1999, p.78)

Nesse trecho da entrevista percebe-se a necessidade em discutir essa diversidade cultural, em romper com a estrutura racista que atinge a população brasileira, especialmente, o povo negro. Neste Sentido Gomes explica (2005, p.87) que:

a necessidade de abrir um debate nas escolas para discutirmos com profundidade sobre a complexidade da diversidade cultural. Ser diverso não é problema. Afirmar positivamente uma identidade racial também não. Ser diverso e portador de uma identidade racial são aspectos constituintes da nossa formação humana e também na construção social histórica.

Portanto, entendo a necessidade de compreender estas questões para construirmos uma educação mais valorada no respeito, na construção de uma educação mais étnica no reconhecimento dos sujeitos, dentre outros. A professora ao ser questionada como aparecem às questões étnicas no cotidiano salienta que:

(...) Surgem nas demandas do cotidiano com as crianças, surgem conversas nas reuniões de planejamento, mas, muito como pensar e mediar situações

---

<sup>11</sup> Regina Ingrid Bragagnolo todas as entrevista aqui citadas foram a mim em 02/06/2015.

que surgiram do tensionamento, das falas das próprias crianças e da família.  
(Professora Regina)

Nesse relato da professora, compreende-se que estas situações são pensadas pelas demandas no cotidiano da instituição, mas é necessário articular mais essas questões e ir além do cotidiano, pensar e refletir sobre os diferentes contextos socioculturais e compreender como estes assuntos estão instituídos para podermos ter uma construção além da prática. Ainda para Gomes:

Pensar na articulação entre Educação, cidadania e raça é mais do que uma mudança conceitual ou um tratamento teórico. É uma postura política e pedagógica. É considerar que a educação lida com sujeitos concretos. Por isso, não basta conhecer o/a aluno/a apenas no interior da sala e no cotidiano escolar. É preciso a vivência sociocultural, o processo de desenvolvimento e o conhecimento escolar. (GOMES, 2001, p.83)

Ao ser perguntada: Como a instituição trabalha com as relações étnico-raciais a partir do referencial teórico que assume, ela nos indica que:

(...) Pra mim o referencial teórico perspectiva vigotskiana, o fundamento é sócio histórico, está preocupado em pensar como os sujeitos se constituem nas relações este pressuposto que o sujeito envolve a aprendizagem. É inerente que a aprendizagem promove o desenvolvimento já por si só garante a necessidade de trabalhar com as questões das diferenças, e quando se trata das diferenças a categoria étnico racial é uma das categorias que o projeto político vai abordar. Então por exemplo, qualquer grupo se funda nas diferenças, é um grupo heterogêneo, não são grupos homogêneos, são grupos diversos a qual que todo ano é necessário e possível anunciar as diferenças, e como pensar isso, em minha opinião no cotidiano étnico? Anunciar as diferenças deixar bem claro que não podemos hierarquizar as diferenças, reconhecer as diferenças. (Professora Regina)

Nesse sentido, a autora Nilma Lino Gomes explica que:

A revisão dos currículos, a construção de uma relação étnica e respeitosa entre professores/as e alunos/as, o entendimento do/a aluno/a como sujeito sociocultural e não somente como sujeito cognitivo, a compreensão de que os sujeitos presentes na escola vem de diferentes contextos socioculturais e possuem distinta visões do mundo são princípios de uma educação cidadã. O reconhecimento de que esses cidadãos são homens e mulheres que pertencem a uma nação cuja composição é diversa e a consideração de que tal pertinência imprime marcas na construção da sua identidade racial são princípios de uma educação cidadã que considera e inclui a questão racial. (GOMES, 2001,p.90).

Apreende-se que conhecer e tratar pedagogicamente estas questões são essenciais para uma escola mais democrática. Discutir, debater, construir uma educação que respeite todas as singularidades dos sujeitos e que compreendam a complexidade da construção da identidade

racial nos negros brasileiros é um dos primeiros passos para a compreensão destas relações culturais. Ao questionar a professora sobre a existência de tensionamentos entre as crianças ela explica que:

(...) que ano passado uma criança: pele branca, mas alguns traços do pai com uma descendência afro, cabelo bem enrolado ela tinha muito cachos e a menina não deixava muito solto, foi até que depois eu brinquei de trazer algumas referências de cabelo Black, por que essa menina sempre vinha com cabelo amarrado e teve um dia que fui mediar a situação, porque as crianças estavam dizendo que ela tinha que soltar o cabelo e ela não queria soltar o cabelo, pois achava que o cabelo não era bonito solto, por causa dos cachos, e eu medie a situação. E ai me chamando a atenção naquele dia é que realmente essa menina a Suelen nunca vinha com cabelo solto, eu até comentei com a mãe: *Olha! A gente vai brincar, vou trazer várias referenciais a minha preocupação enquanto isso era acentuar os conceitos dela, porque não pensar os cachos soltos? Por que esses cachos soltos não podem ser considerados belos? Tem a ver com a mediação de vocês ou não?* Eu fui negociando de falar sobre isso, mas eu negocie na brincadeira, porque as crianças criam muitas regras pra brincar, *ah só entra na brincadeira quem está com saia*, para os meninos não entrar na brincadeira. Então neste momento é papel do professor mediar estes questões (Professora Regina)

Nesse trecho é perceptível a preocupação da professora em ampliar discutir essas questões não hierarquizando as diferenças, mas trazendo novos elementos para se pensar essas relações com essa criança e principalmente com o grupo no qual atuava, pois, é nas diferenças que nos constituímos. Para Nilma Gomes (2005, p.43) (...) construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente ensina os negros desde muito cedo que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiras.

É necessária a reflexão das pessoas sobre as suas identidades, a compreensão do seu pertencimento racial para refletirem sobre sua construção social. É fundamental construir uma motivação para discutir os problemas existentes dentro da instituição, deveria haver um grupo de professores que trabalhassem para uma formação continuada, que debatessem e refletissem sobre identidade racial, racismo e tantos outros problemas tão recorrentes nas instituições educacionais e na sociedade em geral. Desta forma ao ser questionada se havia grupos de formação continuada que trabalhe esta temática ela alerta que:

(...) No NDI, a Raquel, uma professora que está no NDI, como substituta e que foi vinculada, mas acho que está fora do NDI este projeto, ela trabalhou no mestrado com essas questões, não tem grupos de estudos e nem de pesquisa, nenhum momento vi isso no NDI os cinco anos que estou lá, nunca vi um grupo de pesquisa que trabalhasse com essa temática, espero que não esteja equivocada, mas não estou lembrada. (Professora Regina)

Gomes explica que:

Por isso, refletir sobre essa questão racial brasileira não é algo particular que deve interessar somente as pessoas que pertencem ao grupo étnico/racial negro. Ela é uma questão social, política e cultural de todos (as) os (as) brasileiros (as), ou seja, é uma questão da sociedade brasileira e também mundial quando ampliamos a nossa reflexão sobre as relações entre negros e brancos, entre outros grupos étnico-raciais, nos diferentes contextos internacionais. Enfim, ela é uma questão da humanidade. (GOMES, 2005, p.51).

Este é um tema que precisa ser reafirmado todos os dias dentro de uma instituição, para construirmos uma educação mais justa e para que possamos erradicar com estas questões preconceituosas que permeiam a sociedade. Pergunto a professora se trabalhar com estas questões étnico-raciais contribuiria para tornar sociedade mais igualitária, ela afirma:

(...)Sem dúvida. Eu fico pensando que educação é essa que estou promovendo nestas crianças? Qual a minha contribuição no diálogo com as crianças? Que projeto societário estou construindo com estas crianças. O projeto societário que eu quero construir na relação com essas crianças que há uma necessidade de pensar em relações igualitárias, relações que não anunciam cada vez mais a desigualdade que não reiteram os padrões únicos universais de entender o sujeito e a cultura, eu espero que de uma forma eu contribua para uma sociedade mais igualitária. (Professora Regina)

Não obstante, compreende-se que ainda há algumas lacunas a serem preenchidas dentro da instituição e percebo a preocupação desta professora em pensar nestas relações com as crianças do G6 . Cada vez mais é necessário trabalhar com estas questões no cotidiano da educação infantil e me indago da seguinte forma: Se não trabalhamos com estas questões com as crianças pequenas de que forma iremos contribuir com seu direito à diversidade?

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu adoro ser negra  
 Que é uma beleza.  
 O negro lida com o preconceito  
 Chamado de negro  
 Incapacitado  
 São vários conceitos atribuídos ao negro.  
 O que falar para o negro que sofre preconceito?  
 O que falar para o negro que sofre preconceito?  
 Negro é mostrado como jogador, pegador e se for doutor que horror  
 ( **Composição de Camila Santana** )*

Início a minha conclusão com um trecho da minha música “ O que falar para o negro”; para pensar: como estão sendo constituídas todas essas relações sócio-culturais em nossa sociedade? Qual o papel do negro e da sua cultura? E como que ele lida com todas essas situações advindas do cotidiano? Essa música é uma reflexão de toda a minha pesquisa para compreendermos e pensarmos acerca da hierarquização das diferenças, postas em nossa sociedade e da cultura negada e não valorizada por tantas décadas.

Construir uma pesquisa foi uma tarefa árdua, na qual precisamos adentrar profundamente ao tema. Este trabalho intitulado “Relações étnico-raciais e prática pedagógica na educação infantil”, me fez passar por diversos conceitos que são inerentes à prática educacional: reflexões sobre a minha trajetória escolar, aprender a realizar uma revisão bibliográfica; aprender métodos de pesquisa; compreender a constituição da história da educação infantil no Brasil e como as relações raciais estão constituídas e postas na prática pedagógica em um grupo da Educação Infantil; como a instituição pesquisada está entendendo as diferenças e como a professora vê essa temática no cotidiano.

Ao compreender a minha história, o meu pertencimento racial, por muitas vezes, a tristeza fez-se presente neste trabalho, pois, é deprimente constatar na realidade, no cotidiano, que por muitos anos a história do seu povo foi negada e que a cor da pele tem sido determinante para o pertencimento social igualitário.

Perpassando pelo objetivo do trabalho que era “Analisar como estão sendo implementadas essas DCERER em uma instituição da educação infantil, acreditamos que foi possível atingir vários aspectos relevantes:

1. Estruturamos uma parte teórica com as contribuições dos estudiosos da área;
2. Buscamos elementos para entender como foram se constituindo as relações raciais no Brasil;
3. Observamos as crianças na prática pedagógica em um grupo na Educação Infantil, trazendo subsídios teóricos para pensarmos nestas relações;
4. Refletimos sobre as declarações contidas na Proposta Curricular da Instituição.
5. Analisamos a entrevista para entendermos como o professor vê esta temática na educação infantil, além de refletir sobre as questões importantes sobre esse tema.

Foram encontrados poucos trabalhos na área, principalmente no meu curso de Pedagogia, e ainda ficando evidente o silenciamento destas questões nos currículos acadêmicos. Constatei que o tema está sendo trabalhado na proposta curricular do NDI, no PPP, no plano de trabalho da professora regente, mas que ainda existem algumas lacunas existentes e acredito que isso faça parte da nossa construção social e da maneira como estão sendo pensadas estas questões. O que precisa ser discutido em debates dentro da Instituição.

Com este trabalho foi possível entender a importância da compreensão das relações étnico-raciais na infância, além da dimensão dos conceitos: racismo, preconceito, discriminação para entender como esses conceitos estão permeados em nossa sociedade Brasileira. Para fundamentar toda teoria, conhecida durante o curso e apresentada neste trabalho referente as relações raciais, foi realizada a observação de um grupo de crianças com 6 anos de idade, para constatar na prática como estão postas as relações supracitadas no cotidiano escolar.

A partir deste período de convivência escolar observou-se como estão permeadas as relações raciais entre as crianças e o adulto. E se depreendeu, com essa pesquisa, que o racismo e o preconceito são ensinados para as crianças desde pequenas e por esse motivo é tão importante debater este assunto desde a infância, para que a sociedade seja construída de maneira mais justa e democrática. Nesse sentido, na turma observada a professora do grupo trabalha com essa temática em seu grupo, não reforçando os estereótipos para as crianças, mas sim com a preocupação de não reafirmá-los, trabalhando a diversidade cultural com as crianças.

Compreender a construção histórica e os autores que tratam destas relações raciais no Brasil foi fundamental para o levantamento de dados dos documentos da instituição em que a

observação foi realizada, uma vez que se pode entender as suas implicações e os seus desafios para uma prática docente de qualidade. E, principalmente, os desafios encontrados para serem trabalhados no cotidiano da instituição.

Outro aspecto importante é a necessidade de colocarmos mais assuntos como racismo preconceito e discriminação em discussão nos planejamentos entre os professores, bem como, nos currículos, para que mais graduandos se interessem em estudar esse tema, pois, quanto mais debatermos esse assunto, mais entendimentos se poderá obter para a construção de uma sociedade mais justa.

A formação continuada é essencial para trabalhar a questão do racismo na instituição educacional, pois o professor deve estar bem preparado para tratar de tão importante assunto. Entretanto, na instituição observada não há projetos que trabalhem com esta temática, embora os documentos indiquem a preocupação de trabalhar as relações étnico raciais. Pelo que foi possível perceber na entrevista com a professora ainda há um silenciamento em relação a essas questões.

A partir de todos os aspectos destacamos que as contribuições deste trabalho são importantes para pensarmos uma sociedade que respeite as diferenças, que valorizem a cultura africana que há tantos anos foram negadas. Relevante é asseverar que não se tem o desígnio de esgotar o tema, objetiva-se, apenas, trazer esta contribuição literária para a sociedade de um modo geral. Esse trabalho não termina por aqui.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade para Educação Infantil volume 01**. Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.5, de 17 de dezembro de 2009, que institui as Diretrizes curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de cultura-afro brasileira e africana**. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006 (d).

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 93.94 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009(a).

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; BARBOSA, Raquel. **Plano de Trabalho das professoras**. Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Florianópolis: NDI/CED/UFSC, 2015

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Camila da Silva Santana. Florianópolis, 02 de jun de 2015. Entrevista.

BARDIN, Laurence. Definição e relação com as outras ciências. **Análise de conteúdo**: tra: Luis Antero Reto, Augusto pinheiro. 70ed, São Paulo. 2011.p.34-52

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.p. 23-62

GAUDIO, Eduarda Souza. **Relações sociais na educação infantil: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação). Univesidade Federal de Santa Catarina.2013.

GODIM, Sônia Maria Guedes; Guedes; FRASER, Márcia Tourinho Dantas. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Universidade Federal da Bahia. 2004

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, p. 84-94, 2001

\_\_\_\_\_ Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Brasília, 2005, p.39-62, 2005..

\_\_\_\_\_ Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, K.(Org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: MEC/BID/Unesco, 2005. p. 143-154.

MAGALHÃES, Maria das Graças; BARBOSA, Analedy Amorim. **A concepção de infância na visão Philippe Ariès e sua relação com as políticas públicas para a infância**. Disponível em <<http://revista.ufr.br/index.php/examapaku/article/viewFile/1456/1050>> Acesso em: 10 de maio. 2014

Grupo de Estudos sobre política educacional e trabalho docente. Disponível em <<http://www.gestrado.org/>> Acesso em: 10 de junho. 2015.

KRAMER, Sonia (Org.). Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301997000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000300002)> Acesso em: 10 de outubro de 2014

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In (org) Maria Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. São Paulo, 2012. p.61-75

MUNANGA. Kabengele. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Disponível em < <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=592005>> Acesso em: 10 de dezembro de 2014

OSTETTO, Luciana Esmeralda; ROCHA, Eloisa Acires Candal; O estágio de formação universitária dos professores de Educação Infantil. **Práticas Pedagógicas e estágio diálogos cultura escolar**. In: Isabel Christine Seara, Luciana esmeralda Ostetto e Maria de Fátima Sabino Dias ( Orgs) . Florianópolis: Letras contemporâneas, 2008. p.103-116

PASSOS, Joana Célia. A educação para as relações étnico-raciais como política pública na Educação Infantil. In: Alexandre Fernando Vaz, Carolina Machado Momm (Orgs.). **Educação infantil e sociedade questões contemporâneas**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.p.167-185

Projeto Político Pedagógico 2011. Núcleo de Desenvolvimento Infantil-UFSC. Disponível em < <http://ndi.ufsc.br/> >.

Projeto Curricular 2014. Núcleo de Desenvolvimento Infantil- UFSC- CED. Disponível em <http://ndi.ufsc.br/> >. Acesso em: 10 de maio. 2015

- RAUPP, Marlene Dandolini . **Núcleo de desenvolvimento infantil da UFSC: contornos da sua trajetória. 2012.** Ced- Ndi- Ufsc
- RAUPP, Marlene Dandolini; DURLI; Zenilde; CORAL; Edineia Solange; NEIVERTH, Thaisa. A gestão do Curso de Especialização em Educação Infantil da Ufsc. **Educação Infantil e Formação Professores.** In: Dalânea Cristina Flôr. Florianópolis, 2012, p.17-43
- ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pedagogia na educação infantil.** 2001. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n16/n16a03/> >. Acesso em: 10 de maio. 2014
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Organizações multilaterais, Estado e Políticas de Educação Infantil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº115, p.25-63, mar.2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 de out. 2013.
- SILVA, Maria Aparecida. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Summus, p. 84-94, 2001.p.65-82, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução as teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.p.77-84
- SOUZA, Ellen de Lima. **Percepções de infância de crianças negras por professoras de educação infantil.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de educação e ciências humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- TRINIDAD, Cristina Teodoro. **Identificação étnico-racial em espaços de educação infantil.** 2011. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 118- 130
- VIEIRA, Karla Andrezza; ALBURQUE et. al. Afrobetização e Educação das Relações-Étnico-Raciais na Escola. In: Machado, Fábio et al ( Orgs.). **Formação continuada e Politização Docente escola e Universidade na Luta pela Educação no Maciço do Morro da Cruz.** Florianópolis: Insular, 2010, p. 123-143

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - ENTREVISTA COM A PROFESSORA DO GRUPO G6

1) Qual seu nome completo?

Regina Ingrid Bragagnolo

2) Qual sua idade?

34 anos

3) Como você se autodeclara de acordo com a raça/cor?

Branca, descendente porque as pessoas perguntam né, então eu não me digo como digo no oeste, eu sou de uma cidade do interior que falam: *“ah que sou italiano e alemão”*, mas sempre estranhei isso, teve um determinado momento aos 18 anos volto para as férias para Caibis na primeira candidatura do Lula e escuto alguém dizendo: *ah que o lula é Brasileiro*, e olhei assim: *mas como assim? Nós somos brasileiros, não nós somos italianos e alemães as pessoas dizem*, há um apagamento social em torno da região de Chapecó sobre a história dos índios, a minha cidade Caiabis é uma cidade com origem o nome é tupi-guarani, mas há um silenciamento e apagamento das questões étnicas, eu digo que sou descendentes de alemães e italianos, mas sou brasileira branca descendentes de alemães e italianos.

4) Qual a sua formação? Graduação, Mestrado e Doutorado.

A minha graduação é Pedagogia na UDESC, psicologia na Unisul o Mestrado eu fiz aqui na educação no Ced com a Ana baiana sobre violência contra criança e o doutorado na Psicologia de violência contra a mulher: uma discussão sobre gênero e lei Maria da penha.

5) Quanto tempo atua na EI? E No NDI?

Na educação infantil eu considero que foi o período que eu inserir como substituta, então foi depois do mestrado em 2006 que eu fiquei 02 anos aqui como substituta, depois eu estive na Unisul e na USJ como professora de estágio da Educação infantil, então acho que já me considero como alguém da área desde naquele momento que foi 2006 em diante e eu entrei no concurso em 2011 no NDI.

6) Que função você exerce no NDI?

Professora

7) Sua situação funcional é efetiva ou substituta?

Efetiva, educação exclusiva que aí acaba incluindo o projeto de extensão e pesquisa. Nesse momento estou envolvida em dois projetos de extensão, um é um projeto de formação continuada na creche Ushoa, perto do aeroporto onde tem uma professora transexual e a instituição demanda um trabalho de formação com as crianças, professores e com as famílias, discutindo gênero e como acolher as demandas dos nomes sociais, das matrizes sexuais e da escola e que passa de um ano para outro, tem um nome feminino um corpo feminino os adereços das roupas e o nome social feminino. E a partir daí começa o trabalho de formação continuada com professores e do ensino com as crianças sobre o

gênero e o outro é o gênero diversidade da escola que era um projeto de extensão até o ano passado que agora virou de especialização e de pesquisa, eu e a professora Raquel temos feitas pesquisas relacionado ao cotidiano da sala que são relatos de experiência, mas do que pesquisas: Como as crianças se relacionam com as diferenças, isso que está nos interessando, por isso o projeto da sala está um pouco relacionado a isso, que qualquer grupo se funda nas diferenças e a gente está associando essas questões a partir das diferenças com ela que é bastante rica e no projeto institucional que eu atuo é de inclusão, todo ano trabalho com crianças deficientes esse ano não necessariamente, pois eu tenho uma criança coda e o projeto de Libras veio ao encontro dessa discussão, e de pesquisa eu faço parte da Antropologia e do IEG, da antropologia uma pesquisa sobre a rede de apoio atendimento a mulheres com situação de violência, tenho entrevistas agora com as ONGS de Florianópolis relacionados ao atendimentos das mulheres vítimas violência o posto de saúde, a casa da mulher Catarina qualquer tipo de acolhimento e como que eles fazem isso, todo direcionamento numa rede de proteção para mulheres, basicamente isso. No IEG, tem vários projetos de oficinas com mulheres da intelbras, *pergunto o que é Ieg, e ela me responde* "o Ieg é um instituto de Estudos de Gênero", antes participava do NIC s(Núcleo de Identidade de subjetividade e gênero da antropologia, só que o IEG é um instituto maior que agrega vários núcleos de pesquisa, é o que organiza fazendo o gênero estou envolvida com a organização o próximo é do mundo das mulheres em 2017 e especificamente de acolher as crianças.

8) Você tem conhecimento das DCERER?

Sim, lembro quando foi aprovado que teve uma discussão nacional da lei 10.639. Nesse momento eu me lembro de um debate e das conversas, mas a leitura específica de retomar o documento ano passado que eu estava trabalhando na atualização protótipo escolar do estado, e aí por mais que eu estava no núcleo da educação infantil eu quis transitar e quis ir para o núcleo da diversidade, aí alguém do núcleo da diversidade estava Jeruse Romão lá como representante das discussões mediando os debates e a gente retomou os documentos daí eu li com mais calma esses documentos.

9) Como a instituição trabalha com questões étnico raciais nos planejamentos pedagógicos?

Então, em minha opinião, eu não sei pra dizer que há um silenciamento, mas até ano passado me chamou a atenção que não havia anunciado no PPP (projeto político pedagógico) como a instituição se relacionaria ou se posicionaria diante das questões das diferenças incluindo este projeto raciais. Então, qual o posicionamento ético político da instituição em relação às diferenças. Tinha toda uma discussão sobre a inclusão e os projetos de acessibilidade instituídos no NDI, mas para essas categorias que constituem os sujeitos seja raça, gênero, sexualidade, religiosidade não estava anunciado na proposta curricular. E aí nesse período que estou na instituição, algumas cenas que apareceram em relação a isso, o que eu posso dizer: *que algumas vezes eu via alguns professores mais preocupados, outras vezes nem tanto, algumas questões sendo valoradas o professor movimentando estas questões no cotidiano da sala com essas crianças na mediação com as crianças e isso não pode ficar no campo da invisibilidade isso precisa ser debatido*, ano passado teve alguns episódios e algumas situações que eu vi na instituição que geraram bastante desconforto de pais com professores quando apareceu algumas questões relacionadas às questões étnicas, porque algumas vezes são poucas crianças negras no

NDI, por exemplo, falando aqui da questão racial, algumas vezes eu fiquei atenta em certa situação dizendo assim: “*Olha eu acho que aquela criança, e me chamava atenção uma menina negra anda muito sozinha no parque, por exemplo,*”, e eu ia falar com a tal professora, mas aí veio sempre uma questão: *ah mais professora é um olhar recortado, um olhar de fora olha o que está acontecendo*”, ou quando fui substituir essa professora em sala e ninguém dava mão para essa menina e chamava atenção, eu fiquei muito desconfortável,” *não amanhã mesmo preciso conversar com essa professora*”, por que não pode ser além do parque pareceu essa questão aqui, então é uma negociação política, porque pra mim essas questões não devem fazer parte do currículo oculto, elas precisam ser anunciadas precisam fazer parte do cotidiano, elas precisam ser mediadas, elas precisam ser faladas. No entanto, eu acho que a instituição precisa avançar neste debate, eu acho que há sim uma preocupação atual desde o ano passado a compra de literaturas infantis da biblioteca, teve uma compra no ano passado e pediram pra nós professores indicarmos, eu também fiz umas indicações, mas de gênero do que questões étnicas, mas tinha algumas sugestões, mas o grupo da biblioteca responsável para adquirir esse material, que a Carol e outras colegas, compraram um acervo bem interessante que hoje nós temos um acesso eu acredito que isso tem movimentado um diálogo entre as crianças e aquelas literaturas que trabalhei na sala, são quase todas da biblioteca, só que, no entanto precisamos ficar atento o que a gente quer contar para as crianças como se trata essa questão étnica racial, especificamente da questão Afro. Lembra! Que eu te falei que eu fico na dúvida às vezes, eu tenho sorte que as pessoas que estão perto de mim e me rodeiam são pessoas com clareza em relação a isso. A Raquel é uma que eu me sinto apoiada: “Raquel e agora essa literatura infantil já desde o início anuncia a questão da escravidão falo desse modo ou não falo conto a história que no final, não reitero isso reitero e aí o que tu acha disso? Eu tenho sorte dessas pessoas na qual mediam me deixam com mais clareza, realmente tenho dúvida de como abordar, e aí, o que eu vejo em relação a isso é como a instituição trabalha, e o vejo em qualquer instituição por mais que esteja no projeto político pedagógico, há uma necessidade de um olhar atento dos professores, por vezes isso é muito singular na trajetória de cada um, o modo do que essas questões tocam em cada professor, apesar de que eu acho que não deveria ser assim tem Diretrizes que dá uma indicação, normativas há uma obrigatoriedade de não silenciar essas questões que existem. No entanto, que eu vejo no desdobramento da prática é como cada professor olha para essas questões são valoradas ou não e não tem como dizer ao certo como que é. A pista que eu tenho é que ano passado a gente voltou pra essas questões de olhar como no PPP, em um debate nosso, como essas questões estavam videntes, sobretudo por que surgiu um conflito entre as professoras e uma família, quando a criança contou em casa que ele estava inviabilizado de brincar, porque ele tinha a tal cor.

Uma criança branca falou para uma criança negra que ela não podia brincar na tal brincadeira, porque ela era marrom, por exemplo. Surgiu um conforto e toda uma necessidade de uma mediação institucional de um diálogo para as famílias, os pais bastante desconfortáveis com essas questões e teve uma visibilidade constitucional e isso mobilizou um debate constitucional. Diante dessas questões: Qual o nosso posicionamento étnico político diante destas questões? Como a gente quer pensar essas diferenças que estão aparecendo? Elas não podem ser inviabilizadas não, elas não podem inviabilizar a brincadeira não? Como mediar essas situações e como lidar com isso entre as crianças? E como valorar as diferenças? E não tornar isso um atributo que desqualifica a criança e muito menos que impede ela brincar.

10) Você percebe algum tensionamento entre as crianças por conta da cor da pele?

Então! Com os menores eu vejo uma curiosidade, sobretudo quando se trata de uma criança afro, ano passado eu tinha duas na minha sala, há uma curiosidade muito grande em querer saber, por que ela tem essa cor. E ai eu lembro, de uma situação muito interessante, e como ano passado eu estava fazendo um portfólio, e as crianças traziam de casa e surgiam muito por causa dessa pergunta uma menina branca perguntando para uma menina negra, vou botar um nome fictício: *Oh Antônia, você comeu muito chocolate quando era pequena?* Ai Antônia: *não, comi arroz feijão e carniinha*, e ai Antônia olhou pra mim que eu tava na biblioteca com as outras crianças, mas tava atenta no diálogo entre elas.

Com os pequenos eu percebo uma curiosidade para entender as diferenças de 0 a 3, sobretudo, naquela situação que eu estava te contando. Ai eu disse: *mais Antônia, então você não comeu muito chocolate quando era pequena, não é por isso que você tem essa cor não é? O Antônia, vamos contar qual a cor do seu papai?* E ela falou: *preta* e da sua mãe: *branca*. E a profe vai dizer que é negra, pois a profe aprendeu desse modo e vai falar desse modo. Então você não é uma misturinha do papai e da mamãe? E como é o cabelo do papai? E como é olho da mamãe? E como é a boca do papai? E o jeito de falar? E o jeito de andar. Daí ela foi falando um pouco de como era o jeito do papai e da mamãe e a gente foi dialogando com a outra criança, tem coisas dela que lembram o papai e tem outras coisas que se lembram da mamãe e que ela é misturinha do papai e da mamãe, então a cor da pele, a cor do cabelo, a cor do olho, o lábio o nariz, o jeito de andar, varias características como que ela se reconhece, e as crianças ano passado eu fiz vários temas elas se reconhecendo neles. Ah Antônia, um dia a gente vindo aqui pro laguinho e a Antônia de mãos dadas com a Gabriela e ela assim: *vamos brincar junto com a Laurinha?* E a Isadora: *vamos*. Ah Laurinha também tem a pele negra, igual a minha, ah Laura desses gradientes étnicos um pouco mais clara, o pai negro a mãe branca e o cabelo liso, mas a pele negra. E ela disse então: *vamos brincar juntas*. Algumas narrativas, elas reconhecendo meu cabelo é de molinha, mesmo na narrativa com os amigos, no entanto outras vezes com o olhar atento de uma criança que diz pra outra criança: *só pode entrar nessa brincadeira quem tem cabelo solto*. E que uma criança ano passado: pele branca, mas alguns traços do pai com uma descendência afro cabelo bem enrolado e que ela tinha muito cachos e ela não deixava muito solto, foi até que depois eu brinquei de trazer algumas referências de cabelo Black, por que essa menina sempre vinha com cabelo amarrado e nesse dia fui mediar à situação, porque estavam dizendo que ela tinha que soltar o cabelo e ela não queria soltar o cabelo e que ela achava que o cabelo não era bonito solto, por causa dos cachos, e eu mediei à situação e ai me chamando a atenção naquele dia que realmente essa menina a Suelen nunca vinha com cabelo solto eu até comentei com a mãe: *Olha! A gente vai brincar, vou trazer várias referencias a minha preocupação enquanto isso acentuar os conceitos dela, porque não pensar os cachos soltos? Por que esses cachos soltos não podem ser considerados belos? Tem a ver com a mediação de vocês ou não?* Eu fui negociando de falar sobre isso, mas eu negocieei na brincadeira, porque as crianças criam muitas regras pra brincar, *ah só entra na brincadeira quem está com saia*, para os meninos não entrar na brincadeira. Então neste momento é papel do professor mediar estes questões que estão evidentes e eu vejo com os maiores e nesse ano na minha sala. A mãe já trouxe de antemão, professora Ingrid, porque eu queria te contar do caso da E., professora Ingrid estou muito preocupada porque eu tenho descendência o meu pai é negro só que meus pais separam por uma questão muito conflituosa já na minha infância e agora na minha formatura viria o pai e a mãe e seria o primeiro contato da E. Com o avô negro, porque

esse avô ficou muito tempo afastado, por uma relação conflituosa que tiveram na infância, essa vovó falando sempre mal do avô. Então a E. , não conviveu e no ano passado foi dando algumas pistas, não sei se no NDI ou fora do NDI, de ficar só olhando para uma pessoa negra de dizer: *que não ia brincar com uma criança negra*, não sei se foi no contexto do NDI ou se foi fora na igreja onde ela frequenta, e a mãe ficou muito preocupada com isso, sobretudo porque ela iria fazer o contato com o avô, ela me pediu ajuda, *professora Ingrid como eu faço para mediar isso* e só que isso vinha anteriormente. *Tu viu* né às narrativas na sala, todo um processo de mediação que foi havendo entre nos quando ela estava anunciando as diferenças, reconhecendo as diferenças não sei se tu viu alguma situação: que o pai falou que é feio falar negro, isso não escutei. Isso era a preocupação com a mãe de não falar, com palavras no modo que ela estava se relacionando com a negritude. E a necessidade de mediar não só pelo espaço de acolhimento do vô, e esse vô foi à praia, ensinou a nadar, e se relacionou com ela e toda uma preocupação da família de como ela ia lidar com isso, quando ela via uma pessoa negra no ano anterior, às vezes ela escondia, era uma preocupação que a minha tinha, mas ainda ela trás algumas pistas de mediação.

11) Nos projetos de pesquisa e extensão há algum grupo de professores que investigue e problematize essa temática?

No NDI, a Raquel, uma professora que está no NDI, como substituta e que foi vinculada, mas acho que está fora do NDI este projeto, ela trabalhou no mestrado com essas questões, não tem grupos de estudos e nem de pesquisa, nenhum momento vi isso no NDI os cinco anos que estou lá, nunca vi um grupo de pesquisa que trabalhasse com essa temática , espero que não esteja equivocada, mas não estou lembrada.

12) Há algum tipo de formação continuada para os professores de como trabalhar com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (DCERER)?

Não estou lembrada, inclusive eles querem que a gente trabalhe com questão de gênero e talvez a gente possa pensar gênero e raça e outras categorias que constituem estes sujeitos, mas eu não me recordo neste período de 2011 em diante. Não tô lembrada em uma parada pedagógica estas questões serem abordadas. Ano passado foi debatido em como pensar isso no PPP. Podes dar uma olhada no lugar que ocupa e como estas anunciadas e que lugar que ocupa.

13) Como são discutidas as questões étnicas entre os profissionais atuantes na instituição?

Surge nas demandas do cotidiano com as crianças, surgem conversas, nas reuniões de planejamento, mas muito como pensar e como mediar situações que surgiram do tensionamento, das falas das próprias crianças e da família. Isso então a gente discute coletivamente.

14) Como são articuladas as questões étnico-raciais no NDI a partir do referencial teórico sócio histórico?

No meu posicionamento ou no posicionamento coletivo do NDI? No teu posicionamento e no coletivo (falo). O PPP do NDI tem uma perspectiva Vigotskiana, o fundamento é sócio-histórico, ou seja, está preocupado em pensar como que as relações, como os sujeitos se constituem nas relações, este pressuposto que o sujeito envolve a aprendizagem, é inerente que a aprendizagem que promove o desenvolvimento já por si só garante a necessidade de trabalhar com as questões das diferenças, e quando se trata das diferenças a categoria étnico racial é uma das categorias na qual o projeto político vai abordar, então por exemplo, qualquer grupo se funda nas diferenças, é um grupo heterogêneo, não são grupos homogêneos, são grupos diversos a qual que todo ano é necessário e possível anunciar as diferenças, e como pensar isso, em minha opinião no cotidiano étnico. Anunciar as diferenças deixar bem claro que não podemos hierarquizar as diferenças, reconhecer as diferenças, abordar as diferenças e cuidar em nosso plano que referências que a gente trás de corpo, que referências à gente trás de príncipe e de princesas, como trabalhar de outras diferenças de outros países, como valorar outras culturas que não seja eurocêntrica tudo isso diz respeito a uma perspectiva vigotskiana sim, apesar de que quando se trata de questão étnica e de gênero há uma contribuição muito interessante das discussões culturais, porque os movimentos sociais, constituíram muito pela perspectiva são bandeiras que se levantou do estruturalistas, muito por uma bandeira se constituiu na relação, por exemplo, das discussões de gênero, já na década de 60 ou anterior a isso, o não lugar de algumas questões, por exemplo na escola o do não lugar do reconhecimento das mulheres, do não lugar dos reconhecimentos da questões étnicas, então vários movimentos sociais concomitantes levantaram bandeiras e fizeram lutas importantes inclusive no campo da educação, para falar da invisibilidade de algumas questões relacionada ao cotidiano da escola que é necessário a escola abordar e a questão étnica é uma delas que é necessário pensar e precisa pensar além das questões do cotidiano de uma luta política, eu acho que o desdobramento dessas questões que são evidentes ao longo da história no país, e na discussão curricular no país há uma necessidade hoje de pensar-nos no desdobramentos disso no cotidiano da escola, e não tem como fechar os olhos, pois as crianças falam sobre isso, elas anunciam o que elas consideram bonito ou feio a partir de uma referência cultural e a necessidade de problematizar e de ampliar esse referencial das crianças de questionar esses lugares, o que é considerado belo por exemplo e de trabalhar com essas diferenças quando se trata da questão étnica, Então, na minha opinião são categorias que se somam e que é necessário abordar porque as crianças trazem, A questão da religiosidade a priori eu não anunciei no meu plano de trabalho de como eu iria anunciar, a não ser a necessidade de anunciar o diverso a partir das diretrizes e dos documentos legais, e as crianças falaram pelo fato que faleceu o vô do C. elas vieram falar muito sobre a religião ao luto, as crianças fizeram uma enquete com entrevista para as outras: O que é luto? Eu fiquei registrando, uns diziam que o papai do céu. Outras dizendo que era Jesus. Umas dizendo que não estava museu, foi evidente em abordar essas questões, as crianças anunciam há uma necessidade de ampliar os repertórios para essas crianças.

15) Em sua opinião trabalhar com as questões étnicas na infância poderá contribuir para uma sociedade mais igualitária?

Sem dúvida. Eu fico pensando que educação é essa que estou promovendo nestas crianças? Qual a minha contribuição no diálogo com as crianças? Que projeto societário estou construindo com estas crianças. O projeto societário que eu quero construir na relação com essas crianças que há uma necessidade de pensar em relações igualitárias, relações que não anunciam cada vez mais a desigualdade que não reiteram os padrões únicos universais de entender o sujeito e a cultura, eu espero que de uma forma eu contribua para uma sociedade mais igualitária.

## APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM  
EDUCAÇÃO



### APRESENTAÇÃO

APRESENTO a estudante do Curso de Pedagogia **CAMILA SANTANA**, inscrita no CPF: **087-903989-20**, Matrícula: **11101577** que desenvolverá sob minha orientação o Projeto de TCC: As Diretrizes Curriculares para a Educação das relações Étnico- Raciais e da história Cultura Afro-Brasileira em uma instituição de Educação Infantil. Sua pesquisa tem como objetivo: Analisar como estão sendo implementadas as DCNERER em uma instituição de educação infantil, para isso, solicitamos sua autorização para realização do referido exercício no Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

Certa de sua colaboração, desde já agradeço.

Profa. Dra. Joana Célia dos Passos

Orientadora do TCC

Florianópolis, 17 de março de 2015.

## APÊNDICE C- TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo e na qualidade de responsável pelo NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, localizado no campus universitário, declaro que aceito a realização da pesquisa intitulada "AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DA HISTÓRIA CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL", pela aluno(a) Camila da Silva Santana da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do(a) Professor(a) Dr(a) Joana Célia dos Passos. DECLARO, ainda, que após devidamente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto por livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Florianópolis, 06 de abril de 2015.

Assinatura do responsável legal

Assinatura da pesquisadora

Eloiisa Helena Teixeira Fortkamp  
Diretora do Núcleo de Desenvolvimento  
Infantil/CED/UFSC  
Portaria nº 1204/2014/GR